



**Reuniões de Sócios
na Sede**

**Aprofundada
discussão
dos problemas
dos sócios
oriundos da Guiné**

Págs. centrais

**Delegação
Angolana
de deficientes
de Guerra
visita ADFA**

Pág. 10



**Garantida assistência médica
a viúvas**

***Lisboa palco de dois importantes encontros
sobre a temática da Reabilitação***

“O Futuro Hoje” - ECART 3

Pág. 7

1.º Congresso da ACAPO

Pág. 12

Isenção do Serviço Militar

No número anterior do "ELO" foi divulgada a Lei 36/95, de 18 de Agosto, que alterou o art.º 19.º da Lei do Serviço Militar, passando, assim, os filhos e irmãos dos DFA's, com incapacidade igual ou superior a 60%, a poder requerer a dispensa da prestação do serviço militar activo.

Para alcançar tal dispensa, divulgam-se, agora conhecidos, os documentos a apresentar no Centro de Recrutamento e Mobilização por onde o requerente foi recenseado, :

- Requerimento em nome do filho/irmão do DFA;
 - Fotocópia do cartão de DFA autenticada notarialmente ou confirmada ante o original, no momento da entrega do requerimento;
 - Na falta do cartão de DFA, poderá este ser substituído por declaração de percentagem de incapacidade, passada pela Repartição Geral do Exército;
 - Fotocópia do Bilhete de Identidade do requerente.
- Os associados que o desejem poderão obter informação mais completa e acompanhamento de todo o processo junto dos serviços da Sede e Delegações.

Deficientes Benefícios Fiscais

Parecendo merecer toda a relevância pelo seu interesse e conteúdo, naquilo em que pode ter aplicação aos nossos associados e eventualmente aos seus familiares, seguidamente se publica na íntegra o documento produzido pelo Exmo. Senhor Provedor da Justiça, enviado a todas as Repartições de Finanças para divulgação pública:

Por ter chegado ao meu conhecimento que grande número de cidadãos portadores de deficiência de grau superior a 60%, de acordo com a Tabela Nacional de Incapacidades aprovada pelo Decreto-Lei nº 341/93, de 30 de Setembro, não usufruem dos benefícios fiscais consagrados na lei por mero desconhecimento da mesma, esclareço o seguinte:

1. São exemplos de deficiências susceptíveis de conferir grau de incapacidade superior a 60%, entre muitas outras, as doenças graves do foro cardiovascular, neurológico, oftalmológico ou oncológico (nomeadamente casos de cancro da mama que os cidadãos frequentemente ignoram serem geradores de deficiência relevante para efeitos fiscais).

2. Todos os interessados podem obter junto das respectivas Administrações Regionais de Saúde ou Centros de Saúde declarações de incapacidade que a mesma confere, sem prejuízo da relevância de outros meios de prova destes mesmos factos, como seja certidão de sentença judicial que os ateste.

3. Sempre que o grau de deficiência atribuído nos termos referido em 2. seja superior a 60%, deverão os portadores de deficiência apresentar a referida declaração de incapacidade junto das entidades pagadoras de rendimentos das categorias A (trabalho dependente), B (trabalho Independente) e H (pensões), de modo a permitir que as retenções na fonte sobre estes rendimentos sejam efectuadas de acordo com a tabela aplicável a deficientes, as quais prevêm escalões na fonte mais favoráveis.

4. A mesma declaração, quando apresentada junto de entidades bancárias nas quais estes contribuintes hajam constituído contas de depósito, confere direito a isenção de tributação de juros na parte cujo saldo não ultrapasse 1680 contos (limite em vigor para 1995).

5. Os contribuintes em questão deverão indicar no campo destinado ao efeito da declaração anual de IRS, que são portadores de deficiência fiscalmente relevante e entregar, conjuntamente com a referida declaração de IRS, o anexo "Benefícios Fiscais" devidamente preenchido, a fim de poderem beneficiar de elevação de deduções, abatimentos e limites de despesas de educação e seguros.

6. Sempre que o procedimento referido em 5. não tenha sido adoptado à data da entrega da declaração anual de IRS quando no ano a que se referem os rendimentos o contribuinte já era portador da deficiência em questão, poderão os mesmos usufruir, ainda, dos referidos benefícios fiscais, desde que apresentem reclamação de liquidação de IRS do ano em causa no prazo de que dispõem para o efeito.

7. Todas as dúvidas subsistentes quanto à forma de concretização destes benefícios fiscais poderão ser esclarecidas junto de qualquer repartição de finanças ou posto de atendimento da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos.

Nota: - No caso dos DFA's, o documento comprovativo de incapacidade é, e como é lógico, o cartão de identificação respectivo emitido pela entidade militar competente, ou declaração de incapacidade emitida pela Repartição Geral do Exército.

ADM's - Medicamentos Alteração na forma de comparticipação

O Ministro da Defesa Nacional, através do Despacho 221/95, altera a forma de comparticipação, por parte das ADM's, na aquisição de medicamentos aos militares reformados, a cuja situação se encontram equiparados os deficientes militares.

Não pondo em causa a comparticipação de 100% do beneficiário reformado ou deficiente deverá suportar 25% do valor da despesa dos produtos medicamentosos, sendo a parte não comparticipada, no momento da aquisição, reembolsada directamente pelas ADM's.

Salienta-se em seguida e textualmente, as partes con-

sideradas de relevo de tal despacho que entra em vigor a partir de 1 de Janeiro de 1996:

- A aquisição de produtos medicamentosos nas farmácias militares e civis pelos militares reformados e familiares deles dependentes fica sujeita a pagamento imediato de 25% do valor da despesa.

- As importâncias serão pagas posteriormente reembolsadas aos beneficiários pelas respectivas ADM's.

Assistência Médica A reposição de um direito

Os familiares dos pensionistas de invalidez, sem direito a pensão de preço de sangue, por decisão do Chefe de Estado Maior do Exército, voltam a ter direito a assistência médica e medicamentosa.

As pessoas que se encontram nesta situação já anteriormente tinham beneficiado deste regime. Contudo por interpretações divergentes da lei, tal direito foi-lhes retirado, não se tendo, porém a ADFA conformado com tal decisão.

A ADFA levou a questão às Chefias Militares e ao Ministério da Defesa Nacional, tendo-se finalmente desbloqueado a situação e reposto o direito à assistência médica e medicamentosa.

Por ofício de dez de Outubro corrente, proveniente do Gabinete do Sr. Secretário de Estado da Defesa Nacional, foi-nos remetida a decisão do CEME que a seguir se transcreve na parte mais importante:

"Analisada a referida solicitação, bem como a legislação aplicável ao assunto, constata-se haver razões de direito para alterar o procedimento que tem vindo a ser seguido por parte do Exército, pelo que a Repartição de Assistência na Doença aos Militares do Exército/DSF irá diligenciar de imediato, no sentido de aos familiares de pensionistas de invalidez ser garantida assistência sanitária para além da morte destes, à semelhança do procedimento seguido para com os militares do Quadro Permanente."

Nos termos desta decisão é restabelecido o direito das viúvas e filhos menores dos deficientes militares ao uso do cartão da ADME. As viúvas dos deficientes militares ficam com direito à assistência médica e medicamentosa enquanto se mantiver a sua situação civil e este direito é igualmente extensível aos filhos menores e maiores até aos 24 anos quando estudantes, devendo esta situação ser comprovada anualmente a partir dos 18 anos.

Os filhos com deficiência permanente comprovada por documento médico, usufruem de assistência médica em termos definitivos.

SETÚBAL

Clínica Dentária

Boca e dentes, próteses e Ortodontia
Condições especiais para sócios e familiares da ADFA

♦

Praceta Fernando Alcobia n.º 19
(por detrás do Centro Comercial do Bonfim)

♦

Horário de funcionamento:

2.ª, 4.ª e 6.ª das 09.00 às 19.00 horas
3.ª e 5.ª das 09.00 às 13.00 horas
marcações pelo telef. 065/524835

♦

♦ mais informações contactar ♦
Delegação da ADFA de Setúbal

● ASSISTÊNCIA MÉDICA, PSICOSSOCIAL E JURÍDICA ●

CLÍNICA GERAL

Médico: Dr. Fernando Brito

2.ª Feira 13:00h

5.ª Feira 13:15h

PSIQUIATRIA

Médico: Dr. Proença

5.ª Feira 09:30h

UROLOGIA (Quinzenal)

Médico: Dr. Paulo Val

2.ª Feira 17:00h

PSICOLOGIA CLÍNICA

Dr.ª Teresa Infante

2.ª Feira 10:30h às 12:30h

e 14:00h às 17:30h

4.ª Feira 09:30h às 12:30h

e 14:00h às 17:30h

SERVIÇO SOCIAL

Dr.ª Fátima Almeida

2.ª, 4.ª e 6.ª Feiras

09:00 às 12:00h/14:00 às 18:00 h

Marcações: D.ª Dulce Sousa

GABINETE JURÍDICO

Dr. António Carreiro

3.ª e 5.ª Feiras

14:00 às 18:00h

• c/marcação prévia,
(não se dão consultas aos telefone)

Marcações: D.ª Helena Afonso

Solicita-se a todos os associados, que sejam feitas as marcações das consultas com antecedência pelos telefones 7570502/0583/0422/0645/0702/0781



ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Propriedade, Administração e Redacção:
Av. Padre Cruz — Edifício ADFA — 1600 LISBOA
Tel. 757 05 02 / 05 83 / 06 45 / 07 02 — Fax 757 13 19
Dep. Legal — ESGMJ — 105068
Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica,
Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA
Elo Sonoro: Centro de Produção de Material
da Segurança Social de Lisboa e Vale de Tejo

DIRECTOR: Patuleia Mendes
REDACÇÃO: Armindo Roque
António Carreiro, Armando Guedes da Fonte, José Maia,
Abel Fortuna, António Neves, João Gonçalves
MAQUETAGEM: Carlos Jacinto
FOTÓGRAFO: Farinho Lopes

*Os textos assinados não reproduzem necessariamente,
as posições da ADFA ou da Redacção do ELO, sendo
da exclusiva responsabilidade dos seus autores.*

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 1 100\$00
Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:
Europa: 1 800\$00
Fora da Europa: 2 100\$00
Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 1 300\$00
Tiragem desde número: 9 000 exemplares

Audiência com a Casa Militar da Presidência da República



O presidente e os dois Vice-Presidentes da Direcção Nacional foram recebidos, em audiência, pelo Brigadeiro Manuel Monge e pelo Comandante Homem de Gouveia, da Casa Militar da Presidência da República, onde foram tratados diversos assuntos de carácter associativo, muito especialmente o problema dos deficientes oriundos dos PALOP.

A Casa Militar do Presidente da República, conforme nos habituou, manifestou, em relação aos assuntos apresentados, um elevado empenhamento.

A ADFA na comunicação social

A ADFA esteve em foco nos órgãos de comunicação social durante este mês.

Na Antena 1, no dia 23 de Setembro e no Diário de Notícias desse mesmo dia, com o título "Deficientes pedem justiça"; o presidente da Direcção Nacional deu entrevistas onde focou muito particularmente o carácter reivindicativo da "luta" e a sua não manipulação político partidária, como alguns pretendem fazer crer. Realçou também o facto que passados 20 anos muitas injustiças prevalecem.

Na antena 2, no dia 8 de Setembro, o presidente da DN deu também uma entrevista sobre as reivindicações dos oficiais do quadro que pretendem ser promovidos a respectivo posto.

No programa "Marginalidades", do dia 29 de Setembro, na RTP 1, o presidente da DN fez uma explanação dos principais problemas que afligem a nossa associação e deu uma perspectiva geral da evolução da ADFA.

No programa "Novos Horizontes" do canal 2 da RTP, foram passados dois programas sobre as o tema das "barreiras culturais à integração das pessoas deficientes", um no dia 24 de Setembro, sobre o colóquio realizado a 8 de Julho, e outro no dia 22 de Outubro, onde foram passadas as entrevistas feitas aos nossos parceiros belgas nesta investigação.

Foi feita uma reportagem sobre a ADFA, por um jornalista da Agência de Notícias de Moçambique, para publicação nos órgãos de comunicação social daquele país.

A conferência de Imprensa conjunta, dada pela Direcção Nacional da ADFA e a Associação Nacional de Deficientes Angolanos, no dia 24 de Outubro, teve grande repercussão em todos os canais de televisão, no Diário de Notícias de 25 de Outubro com o título "Deficientes de guerra solidários", onde é noticiada a cooperação entre as organizações representativas dos soldados que combateram nos dois lados da guerra colonial. Foi também feito um programa na Rádio Capital.

No dia 25 de Outubro a TVI mandou para o ar a entrevista efectuada a Patuleia Mendes, na sua qualidade de militar miliciano, ferido em combate na Guerra Colonial.

Reunião de Sócios Sede Nacional

10 de Novembro, 20:30 horas

CONVOCATORIA

A direcção Nacional convida todos os associados a estar presentes numa reunião que se realizará no próximo dia 10 de Novembro, sexta-feira, pelas 20:30 horas a qual terá lugar na Sede Nacional, com o seguinte ponto único da ordem de trabalhos:

§ - Informações e debate sobre assuntos de actualidade associativa.

Lisboa, 25 de Outubro de 1995

A Direcção Nacional

Telegrama ao PS

Conhecidos os resultados da votação das Eleições Legislativas, para o quadriénio 95/99, que tiveram lugar no passado dia 1 de Outubro, a Direcção Nacional enviou ao Eng.º António Guterres, na sua qualidade de Secretário Geral do Partido Socialista e, na altura, presumível Primeiro Ministro, um telegrama com o seguinte teor:

"Associação Deficientes Forças Armadas, felicita V. Exa. vitória eleitoral deseja maior êxito cargo Primeiro-Ministro."

21º Aniversário do "ELO"

23 de Novembro de 1995

Vai o nosso jornal comemorar, no próximo dia 23 de novembro, quinta-feira, o seu 21º aniversário que se pretende seja participado por todos os associados nas duas vertentes em que, neste ano e na Sede Nacional, acentará a comemoração.

Primeiramente, e pelas 17:00 horas daquele dia, terá lugar um encontro, para o qual estão a ser convidados directores de publicações dedicados à temática da reabilitação e responsáveis associativos de algumas organizações de deficientes, para reflexão sobre o tema "A Imprensa dos Deficientes em Portugal".

Seguidamente, e a partir das 20:30 horas, no self-service, terá lugar o habitual jantar comemorativo, sempre de tão alto significado associativo, e para o qual, além da presença dos sócios, se apela à sua inscrição para o ELO, até às 18:00 horas do dia 21, através do telef. 01/7570422 - ext.214.

Associado, a tua participação é um sinal de confiança no futuro.

Núcleo de Cascais

Devolução das Instalações

Por motivos diversos aos quais não será estranha a localização e pouca acessibilidade das instalações cedidas pela Câmara Municipal de Cascais à nossa associação para a sede do Núcleo de Cascais a realidade é que os associados daquela área nunca lhe deram uso continuado e a ADFA entendeu que as mesmas não reunindo condições para servir os seus sócios ali residentes, as devia devolver à Autarquia para utilização mais eficiente.

Após conversações prévias o Vereador Dr. Neves Moreira, em representação da Edilidade recebeu a DN em reunião que, no passado dia 16, formalizou o regresso à posse da Câmara das instalações referidas.

Deficientes Militares

Processo de Financiamento de Ajudas Técnicas no HMP

A Direcção Nacional solicitou formalmente ao Chefe do Estado Maior do Exército que o fornecimento e reparação de próteses, ortóteses e outras ajudas técnicas sejam feitas directamente através da prescrição do médico, como se de um medicamento se tratasse.

Foi enviado ao Chefe do Estado Maior um memorando extenso onde se faz a fundamentação exaustiva desta pretensão da ADFA.

Trata-se de uma medida urgente, já que o processo de fornecimento de próteses no H.M.P. é muito moroso, devido à interferência burocrática dos serviços administrativos.

Técnico/a Superior

Pretende-se seleccionar jovem com formação superior, na área de gestão, para desempenho de funções compatíveis.

• Dá-se preferência a sócios ou familiares.

Enviar "curriculum vitae" detalhado para a seguinte morada:

Jornal "ELO" - Ref.º "Técnico Superior".
Av.º Padre Cruz, Edifício ADFA
1600 LISBOA

Quotas Pagamento em atraso

A nossa associação, desde que foi criada, sempre lutou, por vontade dos seus associados e através dos órgãos sociais que estes elegeram, pelo reconhecimento, por parte da nação, do direito à reparação moral e económica de todos os deficientes militares, fossem eles seus associados ou não e, sendo-o, tivessem ou não as suas quotas em dia. O intenso trabalho, desenvolvido sempre com muito esforço e concretizado, em muitos casos, por disposições legislativas, aproveitou a todos até aos que, por motivos que estamos a procurar entender, deixaram de manter com a sua associação o vínculo da participação, na qual se integra o pagamento das quotas.

É de difícil entendimento, em face da análise efectuada, que, os DFA aqueles que mais objectivamente, beneficiaram do trabalho, em seu favor, desenvolvido pela ADFA, por terem os seus acidentes considerados como ocorridos em campanha, ou a esta situação equiparados, constituam parte significativa daqueles que deixaram de proceder ao pagamento de quotas. A existência da Associação, por si só, como congregadora dos interesses de todos e defensora da sua manutenção, já justificaria que todos os associados se mantivessem, permanentemente, no pleno gozo dos seus direitos, ou seja, sem atraso no pagamento de quotas para além de três meses. Mas há direitos ainda por conseguir, muito em especial os daqueles associados a quem ainda não foi feita justiça e pela qual todos, solidariamente, nos devemos bater e, para tal, todo o nosso apoio é pouco incluindo a participação financeira.

A ADFA garante-nos, por outro lado, a todos, entre outros, apoio médico, jurídico e processual, tratamento de cartões das ADM e a própria recepção do nosso jornal, "elo" que a todos nos liga, de Bragança até aos Açores., serviços a que, brevemente, só poderão acorrer os sócios com quotas em dia.

Não queremos, de forma alguma, abordar o problema do atraso do pagamento de quotas com o rigor das disposições estatutárias, embora, a seu tempo e não alcançada a sensibilização dos associados nessa situação, ela possa ter que vir a ser enfrentada. Iremos para já, encarar, com um estudo sério, uma procura de solução e diálogo para o problema que passe, em primeira instância, por uma abordagem junto de tais associados, no sentido de lhes divulgar, uma vez mais, as vantagens do seu contacto com a ADFA e participação na sua vida activa, pelo que apelamos aos sócios mais militantes e interessados que se disponibilizem para esta acção, indo, desde já, junto dos associados que conheçam, em tal situação, tentando trazê-los e acompanha-los ao seu reencontro com a nossa casa que é, sem dúvida, a casa de todos os deficientes militares.

A DIRECÇÃO NACIONAL

Admissão de Associados

Relação de candidatos a associados efectivos, divulgada de harmonia com o disposto no nº 4 do Art.º 8º dos Estatutos da ADFA:

MANUEL MAMADU BALDÉ
JOSÉ RAIMUNDO LETRAS CACHATRA
JOSÉ VAZ
ANTÓNIO SOUSA TEIXEIRA DA MOTA
JOSÉ CARLOS CALADO CORREIA
ADELINO INÁCIO BRETES VITORINO
MÁRIO DIAS LOPES
EDUARDO FERNANDES FIGUEIREDO
ANTÓNIO MOTA CABETE
ALFREDO VALENTE ALVES
RUI MANUEL ARAÚJO GOMES SILVA
JOSÉ ANTÓNIO GOUVEIA
RUI MANUEL FERREIRA
MANUEL DOS SANTOS ABREU
JOÃO SILVA PITA
MARIA CESALTINA NUNES CANDELÁRIA
MARIA JUVELINA VASCONCELOS FREITAS
BRANCO
JOSÉ DE FREITAS
VIRGINIA GOUVEIA RAMOS
MARTINHO ABREU
JOÃO OLIM SOUSA
JOSÉ JOEL SOUSA OLIVEIRA
CARLOS EUGÉNIO FARIA GORDINHO
JOÃO NARCISO GONÇALVES BARBADO
MANUEL FERREIRA
MARIA JOSÉ CRO PEREIRA
ANTÓNIO MARQUES VIVEIROS
JOÃO ABEL SILVA SANTOS
MANUEL LINO MENDONÇA PERESTRELO

Serviços encerram no dia 28 de Novembro

Dado que a Direcção da Delegação vai facultar aos trabalhadores uma Acção de Formação na área do atendimento, informam-se os associados que os Serviços da Delegação estão encerrados no dia 28 de Novembro (Terça Feira).

Solicita-se a compreensão dos associados para o facto, dado que se trata de proporcionar melhor qualidade no apoio aos que nos procuram.

Comandante da Região Norte recebe Órgãos Sociais

O Comandante Região Militar Norte, General Moreira Maia, recebeu uma Representação dos Órgãos Sociais da Delegação do Porto constituída pelo Presidente da M.A.G.D., Presidente e 2º Vogal da Direcção da Delegação no passado dia 16 de Outubro.

Os elementos da ADFA manifestaram àquela Entidade Votos de Felicitações pelo Cargo que recentemente foi empossado o General Moreira Maia, tendo ainda dado a conhecer as actividades e projectos em Carteira da Delegação.

Focaram ainda os principais aspectos reivindicativos dos Deficientes Militares e afirmaram a vontade de colaboração.

O Comandante da Região Militar agradeceu a visita e disse esperar que se abra no futuro, uma colaboração franca e profícua com a ADFA no Porto.

Compra de viaturas com Isenção de Impostos.

Os associados interessados em adquirir viaturas com isenção de impostos por estarem abrangidos pelo Decreto-Lei nº259/93 de 22 JUL 93 devem entrar em contacto com os serviços da Delegação pessoalmente ou através do telefone (02) 820403.

A Delegação para o efeito, mantém um acordo com uma Firma do Ramo Automóvel a qual disponibiliza viaturas de várias marcas e modelos, facilitando o processo de documentação e respectiva aquisição.

Consultas de Próteses no Hospital Militar do Porto

Datas das Consultas

Novembro	dias 08 e 29
Dezembro	dias 13

As consultas efectuem-se nas manhãs dos dias acima indicados no Serviço de Medicina Física e Reabilitação.

Inscrições para a Escola de Ténis

No Campo de Jogos, ás Segundas-Quartas e Sextas Feiras, das 15 às 17 horas, irá funcionar uma "Escola de Ténis", para associados, familiares e outros, orientada por um Técnico Especialista.

Inscrições na Delegação na Delegação ou pelo Telefone 820403.

Contactar João Coelho.

Consultadoria Jurídica "Advogado"

A Direcção da Delegação acaba de celebrar um acordo com uma Advogada para a prestação de apoio Jurídico em condições mais favoráveis, a associados e familiares.

Consultas nas tardes do 1º Sábado de cada mês ou em data a acordar.

Marcações:

Dª Elisabete Couto (G.A.O.S.).

Vacinação para Imunização contra a Gripe

O laboratório Militar da Sucursal do Porto da Manutenção Militar está a implementar uma campanha de vacinação para imunização activa contra a gripe causada pelo vírus Influenza.

Os utentes da ADME'S, com idades superiores a 40 anos em qualquer situação activo reserva ou reforma desde que se desloquem pessoalmente à Sucursal do Porto com uma receita médica válida para a vacina "Fluvirin" e os cartões de assistência actualizados poderão proceder ao levantamento das vacinas, sem qualquer dispêndio.

Vinho do Porto de 20 anos

Se no próximo Natal deseja oferecer aos seus familiares e amigos uma lembrança aconselhamo-lo a comprar garrafas de vinho do Porto de 20 anos, alusivas ao 20º aniversário da criação da Delegação do Porto.

Trata-se de um vinho de grande qualidade, enriquecido em casca de carvalho assinalando uma data de grande significado.

Jantar Comemorativo do 21º Aniversário da Delegação do Porto

Tal como acontecido em anos anteriores, a Delegação do Porto vai assinalar no próximo dia 07 de Dezembro o 21º aniversário da sua Fundação, com um jantar comemorativo.

O jantar será na Delegação e contará com um programa de animação.

Inscrições no Gabinete de Apoio Aos Órgãos Sociais.

Torneio de Futebol sala contra o Racismo

O Núcleo do Porto da Associação Juvenil Olho Vivo vem, por este meio informar que terminou no sábado passado, dia 7 de Outubro, o Torneio de Futebol de Sala Contra Racismo, que se realizou no campo da Associação dos Deficientes das Forças Armadas. Aproveitamos para divulgar a classificação final:

- 1º Grupo Desportivo Aniqui-Bó-Bó
 - 2º Comissão de Moradores do Bairro de Aldoar
 - 3º SOS Enfermeiros
 - 4º The Best
 - 5º Semente de Assis
 - 6º Caninhas
 - 7º A.C. Porto Belo
 - 8º Bing do Salgueiros
- Taça de Disciplina - SOS Enfermeiros

Prémios Individuais

- Melhor Jogador - Hélio Brito / Comissão de Mor. Bº Aldoar
 Melhor Mercador - Bruno Loureiro / Comissão de Mor. Bº Aldoar
 Melhor Guarda-Redes - António Santos / Comissão De Mor. Bº Aldoar

Desporto para Deficientes

- Atletismo
- Natação
- Futebol
- Basquetebol
- Jogos Adaptados
- Ginástica Desportiva
- Ténis de Mesa
- Classe de Aeróbica
- Xadrez

Áreas:

- Formação
- Recreação e Lazer
- Terapêutica
- Rendimento / Competição

Treinos:

Segunda, Terça, Quarta e Quinta-Feira das 19 horas às 20 horas e sábado das 9 horas e 30 minutos às 11 horas.

Inscrições:

Inscrições no Departamento de Desporto Especial integrado nos dias dos treinos
 Telefone do D.E.I. 6071047 ou rede geral do B.F.C. Extensão 1047

Actividades e Reuniões nos meses de Novembro e Dezembro

Dia 04 de Novembro, às 15H00:
 Reunião de associados na Delegação do Porto para discutir o Tema - "Deficientes em Serviço"

Dia 11 de Novembro, às 15H00:
 Reunião de associados em Valongo, na Escola Secundária de Valongo

Dia 01 de Dezembro às 13H00:
 Almoço de confraternização para associados de Arouca e Vale de Cambra, em Local a indicar.

Dia 02 de Dezembro:
 Actividades na Delegação do Porto.

Dia 07 de Dezembro às 20H00: Jantar comemorativo do 21º Aniversário da Delegação do Porto.

Dia 08 de Dezembro:
 Encontro de Natal em Santa Maria da Feira para os associados da área.

Dia 16 de Dezembro às 15H00:
 Festa de Natal na Delegação do Porto.

Dia 17 de Dezembro às 13H00:
 Almoço de confraternização em Chaves, no Restaurante "O Carvalho"

Debate sobre o Estatuto dos "Deficientes em Serviço"

Na reunião do 1º Sábado do mês de Outubro compareceram cerca de cinquenta associados, chamados pela Direcção da Delegação a darem o seu parecer sobre a criação de novos Serviços na Delegação do Porto, tendo manifestado unanimemente o seu apoio aos projectos apresentados.

Os elementos dos Órgãos Sociais presentes informaram os associados das diligências ultimamente efectuadas, referentes às nossas principais reivindicações.

Os associados presentes considerados "Deficientes em Serviço" manifestaram vontade para que fosse discutido o seu Estatuto quando aos direitos e deveres. Nesse sentido, a Direcção propôs que a reunião a realizar no próximo mês de Novembro seja dedicada a esse debate associativo.

Assim, apela-se aos associados para que compareçam na Reunião no dia 04 de Novembro, pelas 15H00 na ADFA - Porto, para em espirito de solidariedade, discutirem a problemática dos "Deficientes em Serviço".

Tomada de Posse dos Órgãos Sociais da Delegação de Ponta Delgada

No passado dia 02 de Outubro de 1995 a MAGN empossou a Mesa da Assembleia Geral da Delegação, na sequência da Assembleia Geral Eleitoral Extraordinária realizada em 16 de Setembro de 1995.

Ao acto estiveram presentes os elementos da Mesa da Assembleia Geral Nacional, da Direcção Nacional e do Conselho Fiscal Nacional, tendo a MAGD de Ponta Delgada sido representada pelo seu Presidente, o associado Natalino Viveiros, que se fez acompanhar pelo Presidente da Direcção da Delegação, o associado Leite Domingues.

A seguir a esta cerimónia a DN e os membros presentes da Delegação de Ponta Delgada debateram os problemas relacionados com a aquisição do imóvel destinado à sua Sede, tendo a DN decidido em reunião de 03 de Outubro de 1995 o seguinte:

"Considerou-se que o projecto da Delegação de Ponta Delgada é credível, tanto ao nível da rentabilização futura do imóvel para fins associativos, como no aspecto de investimento financeiro.

Assim, a DN decidiu conceder um empréstimo no montante de um milhão e quinhentos mil escudos, destinado a participar a Delegação na sinalização do contrato-promessa de compra e venda que orça em dois milhões e quinhentos mil escudos.

O custo do imóvel na sua totalidade é de nove milhões e quinhentos mil escudos que, de acordo com as partes contratantes, será liquidado durante os doze meses posteriores à assinatura do contrato acima referido."

Divulga-se seguidamente o nome dos candidatos eleitos em lista única para os Órgãos Sociais da Delegação:

Presidente da Mesa da Assembleia Geral de Delegação José Cabral Viveiros - sócio nº 5987

Direcção de Delegação Presidente - Jaime Fernando Leite Domingues - sócio nº 5917

Secretário - Moisés Pereira da Luz - sócio nº 5520

Tesoureiro - António Manuel Gaspar de Carvalho - sócio nº 436

Conselho Fiscal de Delegação Presidente - Eduardo Jorge Vicente Cabral - sócio nº 3735

Relator - Tobias Melo Medeiros - sócio nº 5822

Vogal - Hermano Aguiar Teves - sócio nº 6657

Conselho de Delegação Efectivos

Jorge Alberto Rego França - sócio nº 8774

Sseveriano Luís Pacheco Almeida - sócio nº 5316

Carlos Alberto Tavares Sebastião - sócio nº 11518

Suplentes

João Luís Couto Costa - sócio nº 5599

António Branco Lopes Gonçalves - sócio nº 2634

Adão Manuel Leonardo - sócio nº 4634

**Plenário de Associados
Núcleo de Aveiras-de-Cima**

Conselhos de Alenquer, Azambuja e Cartaxo

CONVOCATÓRIA

1 - Nos termos dos artigos 57º, 58º e 66º dos Estatutos e das disposições do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os associados efectivos da área do Núcleo de Aveiras-de-Cima, para a eleição da direcção do Núcleo para o triénio 95/97, a realizar-se no Mercado Diário - Sala 6 -, em Aveiras-de-Cima, no dia 4 de Novembro de 1995, pelas 20.00 horas.

2 - Para efeitos desta eleição, informa-se que, até às 18:00 horas do dia 20 de Outubro de 1995, foi entregue à MAGN, satisfazendo os requisitos do Regulamento Eleitoral, uma única lista candidata, que seguidamente se transcreve, tal como as linhas gerais do seu programa de acção.

Lista Única:

Elisiário José Reis Seabra	associado nº. 1768
Manuel Joaquim Rodrigues Sousa	associado nº. 5824
Luís Ferreira Agostinho	associado nº. 8620

Programa de Acção:

Os elementos desta Lista estão disponíveis para continuarem o seu trabalho neste Núcleo, como sempre o fizeram até agora, pois já muito fizemos e mais queremos fazer.

ADFA, 23 de Outubro de 1995
A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

O Presidente
Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício

**Plenário de Associados
Núcleo de Tomar**

CONVOCATÓRIA

1 - Nos termos dos artigos 57º, 58º e 66º dos Estatutos e das disposições do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os associados efectivos da área do Núcleo de Tomar, para a eleição da direcção do Núcleo para o triénio 95/97, a realizar-se nas instalações da Liga dos Combatentes, em Tomar, no dia 11 de Novembro de 1995, pelas 15.00 horas.

2 - Para efeitos desta eleição, informa-se que, até às 18:00 horas do dia 20 de Outubro de 1995, foi entregue à MAGN, satisfazendo os requisitos do Regulamento Eleitoral, uma única lista candidata que, seguidamente, se transcreve, tal como as linhas gerais do seu programa de acção.

Lista Única:

José Paulo Valente dos Santos	associado nº 7747
Carlos Alberto Matos Filipe	associado nº 10883
António Casalta	associado nº 7153

Programa de Acção:

A Lista A defende duas linhas de actuação convergentes:

I. Estabelecer o diálogo com os Órgãos Sociais da ADFA, de âmbito nacional, particularmente a Direcção Nacional (DN), balizado no respeito mútuo.

Propomos que se realizem duas reuniões de associados, anualmente, na Sede do Núcleo, com a presença de elementos da DN.

Também defendemos que, consensualmente, se promova a autonomia financeira do Núcleo de Tomar (NT), através de medidas como, por exemplo, a retenção das quotas dos associados.

Estabelecer o diálogo com todos os sócios do NT (Concelhos do Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Ourém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha), auscultando os seus anseios e tentando responder às suas expectativas.

Tentaremos recuperar para a vida associativa os sócios que, por qualquer razão, se afastaram.

II: Continuar a projectar o Núcleo da Tomar na comunidade envolvente, reforçando os laços de solidariedade e mantendo uma mútua colaboração com todas as forças vivas locais, nomeadamente com Associações de Deficientes, Liga dos Combatentes, Santa Casa da Misericórdia, Serviços Sociais das forças Armadas e outras.

A Lista A compromete-se a viabilizar os seguintes projectos:

1. Aquisição de um espaço físico definitivo para instalar a Sede do Núcleo de Tomar.

2. Vitalizar a valência de desporto e lazer para os associados do Núcleo e respectivos familiares, através da colaboração de um professor de Educação física.

3. Dinamizar uma acção cultural no próximo dia 25 de Abril comemorando a efeméride numa Escola Secundária do Concelho de Ourém.

ADFA, 23 de Outubro de 1995
A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

O Presidente
Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício

**Delegação de Évora
Assembleia Geral Nacional
Eleitoral Extraordinária**

CONVOCATÓRIA

Nos termos dos Artigos 28º e 66º dos Estatutos e das Disposições do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os associados da Delegação de Évora para a Assembleia Geral Nacional Extraordinária, a realizar no dia 09 de Dezembro de 1995 (Sábado), das 09 às 19 horas, com vista à votação para o Conselho de Delegação da Delegação de Évora.

A Assembleia Geral Nacional Eleitoral, funcionará com uma mesa de voto, sita na Rua dos Penedos, nº 10 C, Évora.

ADFA, 24 de Outubro de 1995
A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

O Presidente
Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício

**Delegação de Évora
Reunião de sócios**



De harmonia com a convocatória enviada pessoalmente para os associados da área da Delegação, foi realizada, pelas 10:00 horas, do dia 21 de Outubro, data considerada mais conveniente, após a difusão que da mesma o "ELO" efectuou, uma reunião na respectiva sede, para tratar de assuntos prementes da vida associativa e, em especial, o não aparecimento de listas regulamentares para o Conselho de Delegação e o Acto de Posse, ainda não produzido, da Mesa da Assembleia Geral da Delegação, Direcção de Delegação e Conselho Fiscal de Delegação.

Os mais de 40 sócios presentes assumiram, unanimemente, a manutenção da Delegação, quer na sua funcionalidade orgânica, quer na prestação de apoio aos sócios e, embora com críticas expressas à Direcção de Delegação, reiteraram o seu crédito de confiança a todos os Órgãos Sociais, embora ainda não empossados.

O Presidente do Conselho Fiscal Nacional que, conjuntamente com o 2º Vice Presidente da DN, se deslocou à Delegação e credenciado, para o acto, pela MAGN empossou a Mesa de Assembleia Geral da Delegação que, por seu lado, conferiu posse aos restantes Órgãos Sociais já eleitos em 17 de Junho de 1995.

O elemento presente da Direcção Nacional prestou informações diversas sobre a actividade geral da associação tendo incentivado os presentes à apresentação de listas para o Conselho de Delegação, tendendo à normalização da regularidade estatutária, tendo os associados manifestado a sua disponibilidade para a sua constituição e formalização de apoio às respectivas candidaturas.

No almoço convívio que se seguiu continuaram a abordar-se as questões mais diversas da vida da Delegação e da ADFA.

Almoço de Confraternização

A realizar, dia 2 - 12 - 95 em Castelo Branco dos militares da C. Cavª. 1650

"Os Bigodes"/Batª. 1905 - Guiné

Contacto e inscrições:

António Martins Quintela

Telef. 072/99319

**Aveiras-de-Cima
Noite de São Martinho**

Recorda-se a todos os associados que o Núcleo de Aveiras-de-Cima vai levar a efeito a noite de fados de Sº. Martinho no dia 4 de Novembro, a partir das 20:00 horas, na Casa do Povo daquela localidade.

A entrada importará em 500\$00, por pessoa, o que dá direito a agupé e castanhas, sendo pago, à parte, o consumo de caldo verde, bacalhau e chouriço assados e vinho.

O elenco justifica bem a nossa presença:

À Guitarra: José Carlos Marona

À viola: Rui Girão

Fadistas:

José Miguel	Joaquim Júlio
Lurdes Amador	Gia Amador
Maria Luzia	Fernanda Santos
Maria do Céu Guerra	José Eduardo
Caetano Miranda	Joaquim Raposo
Dr. Rui Malaca	Joaquim Guetierres
São Maurício	Teresa Frazão
Donatília	Xico Pimenta

Ainda estás a tempo!

Increve-te através dos telefones 061/45666 e 061/46305, associados Manuel Joaquim e Elisiário Seabra.

**Núcleo de Guimarães
Elegeu Direcção**

De harmonia com o disposto no Artº 58 dos Estatutos da ADFA, reuniu, no passado dia 22 de Julho, um plenário de associados efectivos da área do Núcleo para eleição da sua Direcção, da cuja votação foi eleita a lista composta pelos seguintes associados:

- Bernardino Alberto Pereira	sócio nº 3537
- João Macedo Alves Teixeira	sócio nº 9769
- Casimiro Baptista	sócio nº 11313

Saúda-se a lista vencedora e congratulamo-nos pela 1ª eleição de uma Direcção de Núcleo, com base nas novas disposições estatutárias. Que o exemplo deste Núcleo, e dos Tomar e Aveiras-de-Cima, cujas eleições se avizinham, seja um incentivo para todos os restantes Núcleos.

**Delegação de Viseu
Convívio de Natal
a 16 de Dezembro sábado**

Nesta quadra festiva de grandes tradições do nosso povo, contamos contigo a partir das 10 horas para confraternizarmos em conjunto e levantarmos bem alto o nome da ADFA.

As inscrições são feitas para a delegação e serão do montante de 1.750\$00 para adultos, 1.000\$00 para crianças, devendo as marcações ser efectuadas até ao dia 12 de Dezembro, terça-feira às 18 horas.

Entendemos o convívio ser feito por nós próprios, por isso trás o teu instrumento, viola, guitarra, órgão, acordeão, rebeca, etc. Vem cantar connosco e trás a família.

Nesta data já contamos estar na nossa nova casa, aproveita vem ao convívio e vê com os teus próprios olhos a tua nova casa que foi idealizada e concebida a pesar em ti.

Acredita, Inscreve-te, Participa.

Lisboa uma Cidade para todos

“Postura Municipal sobre Eliminação de Barreiras Arquitectónicas”

A Câmara Municipal de Lisboa deliberou, por unanimidade, na sua reunião de 27 de Dezembro de 1994, e ao abrigo da alínea a) do nº 3 do artigo 51 do Decreto-Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, aprovar a Postura Municipal sobre Eliminação de Barreiras Arquitectónicas para Deficientes

Edifícios

1. A altura máxima da soleira dos edifícios será de 0,10m.

2. Sempre que haja desníveis a vencer desde a entrada do edifício até às portas dos ascensores ou entradas do r/c, deverá existir uma rampa de largura mínima de 1,00m e declive de 10%, precedida e finalizada com plataforma de nível sem irregularidades com a dimensão mínima livre de 1,30m o mesmo acontecendo nas situações de mudança de direcção.

As rampas cuja inclinação seja superior a 5% serão equipadas com dois corrimãos com altura de 0,75m.

3. Todos os vãos de portas dos edifícios não poderão ter largura útil inferior a 0,80m.

4. Sempre que, nos termos do Artº 50º do R.G.E.U., seja necessário instalar ascensores, pelo menos um deles deverá ser dimensionado de forma a poder transportar um deficiente em cadeiras de rodas para o que a profundidade e largura mínima de cabine será respectivamente 1,20m e 1,10m.

As portas do ascensor referido e as do acesso aos patamares terão a largura mínima de 0,80m, não devendo os botões de comando ser colocados a uma altura superior a 1,20m.

Com idêntico limite de altura de altura deverão ser colocados os botões de chamada nos patamares, os quais serão independentes de outros ascensores que utilizam a mesma caixa de circulação.

5. Sempre que um edifício de habitação colectiva dotado de ascensores disponha de estacionamento privativo em cave, o ascensor dimensionado para o transporte de deficientes em cadeiras de rodas deverá servir

o piso ou pisos desse estacionamento.

Nestes casos, deverá ficar garantido um espaço com a dimensão mínima de 1,30m na comunicação do ascensor com o piso de estacionamento, não devendo tal comunicação possuir degraus.

6. Sempre que forem previstas portas giratórias na entrada de qualquer edifício, deverão existir portas de abrir complementares com o vão útil mínimo de 0,80m.

7. Nas caixas de correio, nas entradas dos edifícios os respectivos fechos, deverão ficar a alturas compreendidas entre 0,70, e 1,20m.

8. As campainhas de chamadas (interruptores, dispositivos de alarme, botão de elevador) ficarão colocadas a uma altura máxima de 1,20m.

Terão de ser colocadas legendas em Braille junto do acima referido.

Edifícios Públicos

9. Em edifícios públicos e/ou de utilização pelo público deverão prever-se instalações sanitárias especialmente adaptadas a pessoas deficientes e devidamente identificadas com o símbolo internacional do deficiente, em quantidade a estabelecer de acordo com o número presumível de utentes do Serviço.

10. Balcões, Guichês, balcões de auto serviço, etc. em edifícios e/ou de utilização pelo público deverão possuir áreas com altura compreendidas entre 0,60m e 0,80m e espaço frontal entre 0,90m e 1,00m.

11. Em edifícios públicos e/ou de utilização pelo público todos os acessos e serviços adequados à utilização por deficientes deverão ser devidamente sinalizados com o respectivo símbolo internacional.

Espaços Exteriores

Passeios e vias de Acesso

12. A largura dos passeios deverá ser no mínimo de 2m e na sua inclinação transversal não deverá exceder os 2%.

Em malhas urbanas consolidadas que não seja possível cumprir estas disposições, as situações deverão ser analisadas caso a caso tendo por objectivo optimizar as áreas disponíveis.

13. Nas zonas de acesso à áreas de domínio público em situação desnivelada, relativamente à cota do passeio, deverá ser prevista rampa de acesso ou lancil rebaixado.

14. A colocação de frades deverá ser efectuada com espaçamento nunca inferior a 1,20m.

Passagem de Peões

15. As zonas de passagens de peões terão:

-Lancil rebaixado em toda a largura da passadeira;

-Pavimento diferenciado;

-Em caso de necessidade de colocação de sumidouro este deverá ser colocado a montante de passadeira.

16. Nos semáforos, para além da colocação de sinais acústicos, deverá ser revista a altura do botão de accionamento do sinal verde, a qual não deverá ser superior a 1,20m.

Escadas e Rampas

17. As escadas exteriores deverão obedecer às seguintes dimensões:

-Cobertor mínimo de 0,30m;

-Espelho máximo de 0,16m;

-As escadas existentes devem acabar em passeio com largura mínima de 1,50m.

18. As extremidades das escadas deverão ser revestidas com material de textura diferente, facilitando a sua identificação pelos invistais e deverão, também, ser acompanhadas de corrimão com altura máxima de 0,90m.

19. As escadas deverão ser sempre conjugadas com rampas que deverão possuir pavimento anti-derrapante e a largura

mínima de 1,20m não será permitido o uso de calcário com inclinação superior a 4%.

20. Sempre que haja necessidade de inverter o sentido da marcha as dimensões mínimas da área de retorno deverão ser de 1,50X1,50m.

21. As rampas cuja inclinação seja superior a 5%, serão equipadas com corrimão duplo, com altura mínima de 0,70m e máxima de 0,90m.

Jardins e Parques Municipais

22. Os acessos aos jardins e parques deverão ser livres de quaisquer obstáculos e, nomeadamente, deverão ser rebaixados os passeios e lancis das entradas e saídas principais.

23. Deverá existir em cada jardim pelo menos um bebedouro com altura máxima de 0,85m.

24. As instalações sanitárias existentes nos parques terão de estar adaptadas para deficientes.

Estacionamentos

25. Nos parques e locais de estacionamento deverá existir uma área de estacionamento reservada a veículos usados por deficientes, devidamente sinalizada e acesso facilitando, com um comprimento de 5m e largura de 3,70m, podendo ter como valor mínimo 3,30m, em situação extrema.

26. No acesso aos parques subterrâneos terão de ser previstas rampas com inclinações não superiores a 10%, como alternativa aos elevadores.

Ocupação da Via Pública

27. Deverá ser proibida a obstrução dos passeios e limitada a colocação de tapumes. A colocação do mobiliário urbano deverá ser cuidadosamente estudada por forma a não impedir a circulação. Recomenda-se a utilização de um só elemento, que reunirá vários equipamentos.

28. A altura máxima das papeleiras deverá ser de 1,20m e nas caldeiras deverão ser sempre colocadas grelhas metálicas.

29. As passagens superiores às vias rodoviárias e ferroviárias deve-

rao ser executadas com rampa de inclinação adequadas e, como já referido, revestidas com material anti-derrapante, o que não exclui a existência de escadas.

30. Deverão existir cabines telefónicas cuja altura do auscultador não ultrapasse 1,20m e localizadas sobre pavimento diferenciado.

Nota: - Saída-se vivamente esta postura mu-

nicipal que procura criar condições objectivas para a significativa melhoria da qualidade de vida dos deficientes. Tal como Lisboa, outras Autarquias, por exemplo a da Amadora, já produziram regulamentos idênticos.

Espera-se ardentemente que seja rápida a passagem às construções do interessante edifício que, por enquanto, se situa no campo das vontades e do papel.

Sócios Falecidos



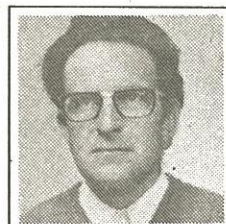
Alberto Machado da Silva, sócio nº 9377, de 80 anos, faleceu no dia 05/07/95. Residia em Famalicão. Deixa viúva a Sra. Maria Ribeiro Fernandes.



António Domingos de Araújo Leite, sócio nº 4059, de 43 anos, faleceu no dia 08/09/94. Foi atribuído um grau de desvalorização de 32%. Residia Guimarães. Deixa viúva a Sra. Maria José Oliveira Pinheiro.



António Gomes Cardoso, sócio nº 4524, de 48 anos, faleceu no dia 19/08/95. Grau de desvalorização é de 60 a 65%. Residia em Leiria. Deixa viúva a Sra. Ilda Mateus Galinha Cardoso.



Fernando de Oliveira Sousa, sócio nº 7028, de 58 anos, faleceu no dia 23/03/95. Tinha 100% de incapacidade. Residia em Viseu. Era casado, deixa 4 filhos orfãos.



Joaquim Ferreira de Freitas, sócio nº 168, de 48 anos, faleceu no dia 19/03/95. Tinha 65% de incapacidade. Residia em Famalicão. Deixa viúva a Sra. Josefina Campos Silva.



Manuel Viégas de Sousa, Lopes, sócio nº 7248, de 75 anos, faleceu no dia 30/09/95. Tinha 52,4% de incapacidade. Residia em Faro. Deixa viúva a Sra. Maria José Oliveira Filhó e orfãos dois filhos.

Aos familiares e amigos dos sócios falecidos apresentamos as nossas condolências

Texto de Armindo Roque e Marta Gouveia

ECART 3

Conferência Europeia sobre o Desenvolvimento de Tecnologias de Reabilitação

A ECART (*European Conference on the Advancement of Rehabilitation Technology*, "Conferência Europeia sobre o Desenvolvimento de Tecnologias de Reabilitação") escolheu Lisboa como cenário para o seu terceiro encontro bianual, a ECART 3, subordinada ao tema "Tecnologias de Apoio, um Caminho para a Vida Independente: o Futuro Hoje". Decorreu nos dias 11, 12 e 13 de Outubro, no espaço CULTURGEST da Caixa Geral de Depósitos, com co-organização do Secretariado Nacional de Reabilitação, da Universidade Técnica de Lisboa e da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

Foram três dias em que se apresentaram 125 comunicações, em sessões na sua maioria paralelas, distribuídas por seis temáticas principais

O presidente da Direcção Nacional da ADFA foi convidado, na qualidade de membro do Conselho Nacional do SNR, esteve representado na Sessão de Abertura pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral, e compareceu pessoalmente na Sessão de Encerramento.

Vários técnicos da ADFA assistiram aos trabalhos

Iremos dar apenas alguns tópicos das temáticas discutidas neste encontro, pois cada uma das 125 comunicações daria, só por si, assunto para uma reportagem.

A **Comunicação Alternativa e Aumentativa** é uma forma não só de tornar possível como também de aumentar as capacidades de comunicação daqueles que, por variadas ra-

interacção com o equipamento que utiliza; no campo da reabilitação pode desenvolver-se desde uma cadeira de rodas a um mecanismo para elevar pessoas com distrofia muscular ou ao fabrico de apoios corporais, mas pode também, por exemplo, estudar e adaptar o espaço de trabalho de uma pessoa cega.

Este tema deu um particu-

as próprias pessoas com deficiência, e não sobre as tecnologias em si.

Este encontro permitiu sermos informados dos últimos avanços tecnológicos, que vão permitindo a implementação de soluções para os problemas de integração e participação social das pessoas com deficiência, aumentando a sua autonomia, proporcionando-lhes uma maior independência e uma melhor qualidade de vida.

ATRIBUIR O PRIMADO À PESSOA DEFICIENTE

Na mesa da Sessão de encerramento, presidida pelo Secretário de Reabilitação, estavam o presidente da Fundação ECART, pelos dois reitores das universidades, pela vereadora do pelouro da Acção Social da CML e por um administrador da CGD.

O Secretário Nacional de Reabilitação, Dr. António Charana fez a intervenção final e apresentou as conclusões de que realçamos aquela onde se considera que nesta matéria deve haver uma nova atitude dos cientistas, que devem atribuir o primado à pessoa deficiente, que deve estar no centro de toda a actividade e que inclusive deve ser considerado agente activo no desenvolvimento da investigação.

Focou ser indispensável uma recolha de informação pluridisciplinar, integradas, globais e coerentes.

Afirmou a terminar que esta realização possa dar um grande contributo para influenciar as instâncias superiores do poder.

Associação para o Desenvolvimento da Tecnologia de Apoio na Europa

Durante a ECART 3 foi criada a AAATE (leia-se *tríplo A tê*), *Association for the Advancement of Assistive Technology in Europe* (Associação para o Desenvolvimento da Tecnologia de Apoio na Europa). É uma associação dedicada às tecnologias de apoio que conta com a participação multidisciplinar de profissionais de diversos ramos. É a ela que vai passar a caber a organização dos encontros europeus de tecnologias de reabilitação.

A ADFA associar-se-á a esta associação, a quem desejamos os melhores sucessos.



zões, não conseguem comunicar oral ou gestualmente. Os seus avanços têm sido de extraordinária utilidade, nomeadamente para os deficientes do foro mental, que nela encontram uma forma simplificada de transmitir ideias - por exemplo, tocando em sinais gráficos que se traduzem em palavras por meio de um sintetizador de fala.

A **Robótica** tem um papel fundamental no desenvolvimento de ajudas técnicas, pois é com o seu contributo que se aperfeiçoam as próteses e o movimento de todos os aparelhos electrónicos em geral que auxiliam os movimentos. Como exemplo referimos uma "mão" que, ligada a um computador, reproduz o abecedário gestual, o que permite a um cego-surdo receber mensagens à distância.

As **Aplicações Telemáticas** são um campo com muitas potencialidades ainda por explorar, pois representam o acesso à informação (e inclusive ao trabalho) sem deslocações, o que se é extremamente útil para qualquer um, torna-se particularmente valioso para pessoas com dificuldades de mobilidade. A *Internet* é o exemplo mais actual disso. Sobre este assunto ler artigo nesta página.

A **Ergonomia** dedica-se ao estudo do corpo humano em

lar realce às crianças necessitadas de ensino especial.

O tema **Sistemas de Distribuição de Serviços** realçou os problemas de produção e disponibilização dos sistemas de apoio para pessoas com deficiência, sublinhando o papel do utilizador como principal interessado.

O **Controlo de Qualidade** focou o funcionamento de ajudas técnicas em função das necessidades dos seus utilizadores, custos de produção, avaliação de tecnologias adequadas, resistência dos materiais, etc.

O principal objectivo da ECART recaiu, contudo, sobre

Texto de Marta Gouveia

Novas perspectivas na Telemática



As pessoas com deficiência representam mais de 10% da população mundial e o desemprego dentro deste grupo ronda os 50%. Infelizmente, muitas vezes a deficiência ainda significa exclusão social e económica. Mas as crescentes tecnologias da comunicação são um terreno muito fértil para a integração e participação de indivíduos que, apesar de lutarem para minimizar as diferenças entre aquilo que eles próprios e as pessoas sem deficiência podem fazer, encontram muitas dificuldades na competição com estas no que respeita ao emprego e outras actividades.

Sem tecnologias de apoio, só a viagem para o trabalho pode representar uma dificuldade, tendo este e outros factores estimulado a procura de serviços à distância - o que permite uma participação a partir de casa ou de outro local distante.

O teletrabalho (trabalho à distância assistido por meios electrónicos, tais como computador, Fax, modem, videotelefone, etc.) possibilita o desempenho de tarefas no local, no momento e ao ritmo que melhor se adequam a cada indivíduo, fornecendo a oportunidade ideal para pessoas com os mais variados tipos de deficiência desenvolverem uma actividade profissional sem deslocações, em tempo real e com a mesma capacidade de trabalho de um indivíduo "normal". Entramos na era da acessibilidade telemática.

POTENCIALIDADES TELEMÁTICAS

A telemática em geral permite a utilização de novas ferramentas tecnologicamente avançadas com menos custos

para o utente. O fax é uma ajuda muito versátil para o indivíduo surdo, que muitas vezes o prefere ao TTD (telefone de texto para surdos), embora este seja um meio técnico do qual cada vez mais pessoas vão beneficiar. Os telefones móveis e sem fios já provaram ser muito úteis para pessoas cegas ou com dificuldades de mobilidade.

Um poderoso meio de acesso e troca de informação em casa, com um número crescente de utilizadores, é a *Internet*. No entanto, a sua utilização por parte de pessoas cegas é muito limitada. São utilizados sinais gráficos e mistura-se informação textual e não textual (som, animação, vídeo), excluindo a possibilidade de um cego se orientar e navegar através do ecrã do computador. O projecto ACCESS está a desenvolver instrumentos que vão permitir a essas pessoas a interacção com sistemas informatizados através de interfaces adaptados às suas necessidades.

As possibilidades telemáticas aplicam-se também ao ensino. O sistema DELFOS, desenvolvido pelo Centro de Inovação para Deficientes (CIDF) no âmbito de um projecto HORIZON, consiste num sistema de teleformação multimédia, que funciona de forma interactiva e que visa a personalização: o aluno aprende de acordo com um modelo adaptado a si próprio, segundo o seu próprio ritmo e desenvolvendo sentido de responsabilidade e autonomia, pois encontra-se longe do formador (embora em contacto directo com ele). Mais uma potencialidade é a consultadoria à distância, promovendo o diálogo entre o cliente e o consultor. Este responde a dúvidas, dei-

xando àquele a oportunidade de explorar e descobrir melhores e mais adequadas soluções para um determinado problema. Torna-se útil e rentável na medida em que poupa deslocações, para mencionar apenas uma vantagem.

A comunicação assistida por computador oferece grande flexibilidade na adaptação às diferentes deficiências. Consiste numa visão global da informação que promove a valorização e autonomia da pessoa com deficiência, o seu bem-estar, a qualidade de vida e a liberdade de acção; estimula a auto-confiança e, no caso do teletrabalho, permite o posicionamento no mercado que mais convém a cada um.

USAR SEM ABUSAR

Há que atender, no entanto, a um certo número de condições para que o teletrabalho seja bem sucedido. É essencial haver formação para saber trabalhar correctamente com o equipamento, compreender a natureza do próprio trabalho e como ele é levado a cabo.

Não menos importante, deve ter-se consciência de que a informação "em directo" não substitui a necessidade de interacção física entre as pessoas.

Entusiasmados com a hipótese de trabalhar e dar trabalho, tanto a própria pessoa com deficiência como o empregador podem estar a fabricar um ghetto, uma forma de marginalização dissimulada e progressiva, na medida em que se esquecem de que é no local de trabalho que está uma das fontes mais ricas de promoção e manutenção de relações sociais.

É, por isso, produtora fazer com que a pessoa se desloque à "sede" com uma certa regularidade, para que a opção de trabalhar à distância não se torne num factor de isolamento, em vez de meio de integração.

Apesar desta faceta negativa, aliada aos custos iniciais elevados de investimento e à impossibilidade de aplicação quando se impõe o desempenho de tarefas práticas, o teletrabalho é indiscutivelmente uma das formas mais positivas de desenvolver as capacidades das pessoas com deficiência, ultrapassar barreiras físicas e sociais e conduzir a uma vida com mais produtividade e participação.

Quando os Deficientes são excluídos de Conferências sobre a... Deficiência

Recebemos na nossa redacção um "press release" enviado pelo presidente da Federação Portuguesa das Associações de Surdos que passamos a transcrever:

Em 26/06/95 o Presidente da Federação Portuguesa das Associações de Surdos escreveu ao Secretariado Nacional de Reabilitação manifestando o desejo de participar na aludida Conferência com uma Comunicação subordinada ao tema "Utilização pelas pessoas Surdas das actuais e futuras Tecnologias de Telecomunicações - Ponto de vista de um utente surdo".

Mau grado o inegável interesse e oportunidade desta Comunicação, o Secretariado Nacional de Reabilitação não deu nenhuma resposta ao Presidente da Federação Portuguesa das Associações de Surdos. Perante este silêncio, o Presidente da Federação Portuguesa das Associações de Surdos em 25/09/95 enviou um Fax a saber das razões deste silêncio. Em resposta o dito Secretariado enviou um convite para o Sr. Dr. Daniel Brito e Cunha "ajudar" com a sua presença ao decorrer do Centro Culturgest na sua condição de... Surdo.

A Federação Portuguesa

das Associações de Surdos não pode deixar de apresentar um vivo protesto perante este comportamento absurdo e inaudito do Organismo que o Estado criou para os Deficientes que, assim, exclui os mesmos de cooperarem de um modo activo e verdadeiramente participativo nas Conferências que promove.

A comprovar isto anexamos as mensagens enviadas pela Federação Portuguesa das Associações de Surdos ao Secretariado Nacional de Reabilitação.

Daniel Brito e Cunha

Texto de Armino Roque
Fotos de Farinha Lopes

Durante este mês realizaram-se quatro reuniões com sócios na Sede, todas elas muito participadas.

A grande afluência de sócios e a atenção pelos próprios Órgãos de Comunicação Social é sintomática da cada vez maior gravidade dos problemas que se vivem. Nesta reportagem pretendemos dar uma ideia das grandes e das pequenas questões com que se debate a nossa associação e os seus associados, com maior relevo para a situação em que se encontram os deficientes oriundos da Guiné, mas também a dos deficientes sem pensão, das viúvas, das vítimas do stress de guerra e muitas outras, que estão a ser discutidas, e que requerem urgente solução.

Reunião dos Órgãos Sociais Nacionais com o Conselho Nacional

Mais informação e mais envolvência do Conselho Nacional na vida da ADFA

Uma reunião entre os Órgãos Sociais Nacionais e o Conselho Nacional, convocada pela MAGN, realizou-se na Sede, no dia 20 de Outubro, às 20:30H, com o objectivo de estabelecer uma maior interligação entre a DN e o membros do CN com uma informação mais detalhada e objectiva.

A DN apelou a uma maior envolvência dos membros da CN na vida associativa e na resolução dos problemas com que nos debatemos. Os conselheiros presentes mostraram-se receptivos a esta posição, mas manifestaram a necessidade de que fossem criadas condições estruturais para essa colaboração.

Antes do período da Ordem de trabalhos foram feitas algumas perguntas e propostas à DN.

Lomelino Victor, do CN perguntou quais eram os critérios de atribuição de subsídios às ONG por parte do SNR. Propôs que sejam esta-

belecidos canais directos de comunicação com o MDN. A este propósito um outro membro do CN, Sá Flores, disse que o SNR atribui a todas as ONG com assento no Grupo de Diálogo do SNR, onde "só têm assento as ONG que o Secretário Nacio-

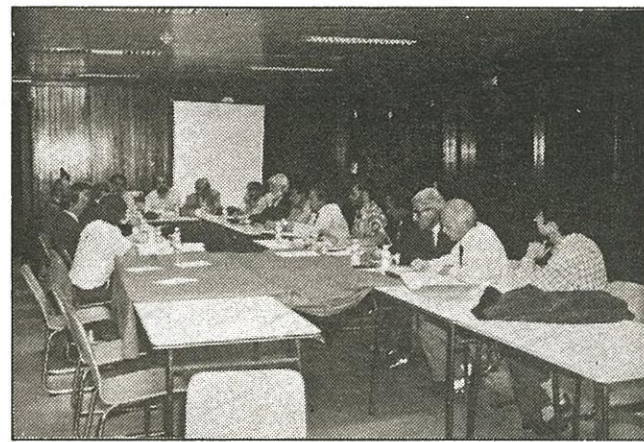
nal de Reabilitação quer" e que algumas delas não passam de organizações "fantoches". Foi proposto que ADFA deve pôr este assunto em discussão no movimento associativo de deficientes e que os canais de comunicação com o MDN devem ser institucionalizados e transparentes.

RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

Sobre o Relacionamento institucional, 1º ponto da Ordem de trabalhos, a DN fez uma explanação dos contactos havidos com as delegações e núcleos, das reuniões havidas a nível externo onde tem tido um óptimo atendi-

mento, mas que estes contactos têm de ser intensificados de forma a criar uma rede de contactos para que os nossos problemas possam ser entendidos na sua globalidade.

Foi ainda durante este período discutido o problema das "Gradações" e foi feito um apelo ao CN para que analise com toda a atenção este polémico assunto, que sendo um problema dos DFA o é obrigatoriamente da ADFA, que o tem de seguir com toda a atenção de forma a evitar-se que seja publicada qualquer lei que possa retirar direitos já existentes, pois a filosofia da ADFA é a de que existem imensos problemas por resolver e não será admissível qualquer recuo. Foi mesmo afirmado que "fomos mansos de mais" desde Outubro de 1975, e que estamos a morrer e que não podemos esperar por muito mais tempo.



SITUAÇÃO FINANCEIRA DA ADFA

No 2º ponto da O.T. "Situação Financeira da ADFA" o Tesoureiro informou que não tem ainda dados sufici-

entes para se pronunciar sobre a real situação financeira da ADFA, porque nos estão ainda a chegar despesas antigas, mas que receia que as despesas da Sede sejam superiores às receitas. Foram já tomadas algumas medidas tendentes a equilibrar as contas impondo uma rigorosa austeridade nos gastos a começar nas dos Órgãos Sociais Centrais.

Um dos conselheiros propôs que se crie prioritariamente um plano empresarial. A DN disse que esse assunto está a ser estudado e que inclusive já foram tomadas algumas medidas concretas.

ENVOLVIMENTO DOS MEMBROS DO CN

Devido ao adiantado da hora, e pelo facto dos conselheiros que se deslocaram do Porto e de Famalicão ainda terem de voltar às suas casas,

sémos e que foi legitimado pelo voto dos associados, a DN começou por apelar aos membros do CN uma maior envolvência na vida associativa, nomeadamente nas áreas da legislação, lazer e desporto, cultura, 3ª idade, dinamização das delegações e núcleos e dos Conselhos de Reabilitação, Económico e Jurisdicional, para que o CN não se remeta apenas para a posição de um "mini-parlamento" ou "tribunal".

Os membros do CN pronunciaram-se no sentido de que estavam disponíveis, desde que essas tarefas fossem devidamente estruturadas e enquadradas com os serviços da ADFA. Uma das hipóteses é a de levarem trabalho para fazer em casa. A este propósito os conselheiros congratularam-se com o facto de receberem informação detalhada sobre os trabalhos que a DN desenvolve, por correio em sua casa. A DN disse que essa prática é um ponto de honra dentro dos princípios da transparência por ela defendida, mas que teme que o investimento que está a ser feito não tenha retorno por parte dos membros do CN. Estes argumentaram que um retorno ainda não visível não significa que essa informação não é atentamente lida e analisada e que os seus efeitos se verão mais no longo prazo. A maior parte dos conselheiros presentes ofereceram-se logo ali para participarem em tarefas muito concretas em diversas áreas de actividade.

Os conselheiros disseram também que a MAGN deve desempenhar um papel fundamental na dinamização

Continua na pág. 13

Reunião de sócios de Lisboa

Participação muito activa

Na Sede da ADFA realizou-se no passado dia 13 de Outubro, às 20:30H, uma reunião de sócios da zona de Lisboa.

Esta reunião teve a participação de cerca de 30 associados, o que é uma evolução positiva relativamente ao que era usual acontecer em reuniões semelhantes realizadas anteriormente.

A Direcção Nacional começou por fazer uma exposição de todas as actividades desenvolvidas que não iremos aqui enumerar por serem objecto de outras notícias neste mesmo jornal.

Foi feita uma explanação dos contactos havidos com entidades civis e militares e considerou que tem deparado com uma grande abertura.

O Director do HMP mostrou-se sensível à proposta apresentada pela ADFA para que as próteses fossem recebidas como qualquer medicamento, sem estarem sujeitas a toda a burocracia de que é alvo a sua atribuição. Foi ainda proposto que os DFA devam ter prioridade na marcação de consultas.

A DN informou que irá ser colocado um telefone militar na Sede.

Na reunião havida com o Secretário Nacional de Reabilitação este concordou que os subsídios atribuídos às associações deveriam sair do Orçamento Geral do Estado, para que as ONG não estivessem dependentes da cor do partido que estivesse no poder. Concordou também que os dirigentes associativos deveriam ter um estatuto semelhante ao que é praticado com os dirigentes sindicais.

Foi ainda discutido o Estatuto do CRPG, de forma a que o mesmo possa passar a ter personalidade jurídica.

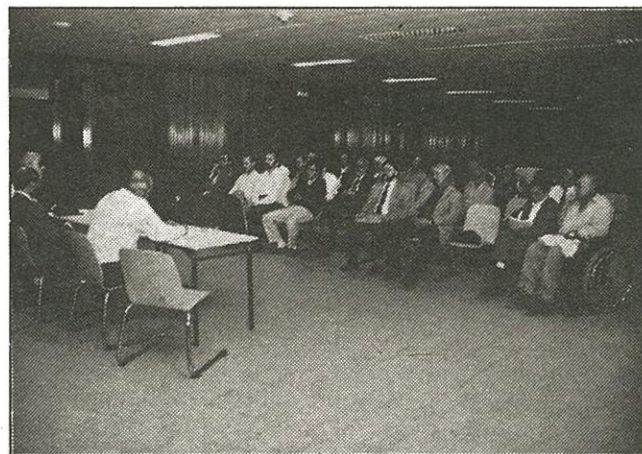
Foi também dada a informação de que a ADFA poderá, em parceria com uma organização inglesa, e apoiada pela Fundação Calouste Gulbenkian, substituir as actividades da Cruz Vermelha em Moçambique no apoio aos deficientes militares.

NOVAS INSTALAÇÕES

Sobre as delegações foi informado que já houve uma

reunião com a delegação de Famalicão, onde se discutiu entre outras coisas a criação de um seguro para cobrir acidentes dos associados que se desloquem ao serviço da ADFA.

No Porto estão a reorga-



nizar os serviços da Sede e a estudar a possibilidade da criação de um Lar em Matosinhos.

Em Viseu as instalações da nova Sede estão a decorrer a bom ritmo e poderão vir a

ser inauguradas ainda este ano.

No que concerne à Sede, está a decorrer um curso onde é explicado a todos os trabalhadores os Estatutos da ADFA, para que desta forma compreendam as nossas actividades de uma forma mais abrangente e assim se sintam ainda mais empenhados na prossecução das suas tarefas.

Os serviços têm sido objecto de algumas medidas tendentes a criar um fluxo de

a pagar em alimentação, dormidas e transportes, quando haja deslocações, de forma a evitar despesas exageradas.

Quanto à Formação Profissional houve uma reformulação dos cursos, de forma a que os mesmos estejam mais de acordo com as necessidades dos associados e seus familiares.

Foi criado um Conselho Redactorial para o "ELO", que se irá pronunciar em relação ao Director do mesmo.

Uma notícia recebida com muito agrado foi a da formação dos conselhos Jurisdicional, Económico e de Reabilitação, e está já agendada uma reunião para o dia 4 de Novembro.

Foi anunciado que está já em preparação uma campanha de angariação de mais associados e de sensibilização para que os que têm as quotas em atraso as paguem.

DEFICIENTES EM SERVIÇO

Depois deste período de informações, seguiu-se um debate muito vivo onde intervieram um elevado número de associados.

A primeira intervenção foi a de um associado que se deslocou propositadamente de Seia, que se pronunciou sobre a trágica situação em

que se encontra, como deficiente em serviço, e criticou a DN por não ter dito uma palavra sobre a situação destes sócios. Criticou também o facto de a reunião se realizar a esta hora e neste dia, pois é muito difícil aos associados que moram mais longe participarem nelas. A DN esclareceu que estas reuniões se destinam aos sócios que residem nas proximidades de Lisboa, mas que estão planeadas reuniões mais abrangentes e outras descentralizadas nos respectivos núcleos. Quanto à questão dos deficientes em serviço a DN informou que esse assunto era a terceira prioridade destes Órgãos Sociais, logo depois dos deficientes sem pensão e dos das viúvas. Adiantou ainda que logo que o novo Governo tome posse, todo esse processo será reiniciado, estando desde já a ser discutida a estratégia a seguir, que seja ela qual for, será executada com determinação e vigor.

PROCESSO DE INFORMATIZAÇÃO

O processo de informatização da ADFA está a ser implementado, apesar dos problemas surgidos com o actual ficheiro de sócios, que tem alguns problemas que

Continua na pág. 13

Texto de Armindo Roque
Fotos de Farinha Lopes

Deficientes oriundos dos PALOP

Portugal tem de responsabilizar-se pela reparação dos danos causados

Na Sede da ADFA realizou-se, no dia 21 de Outubro, pelas 15:00H, uma reunião com os nossos associados oriundos da Guiné-Bissau, para discutir com a DN os seus muitos e graves problemas.

À reunião compareceram cerca de 60 sócios, que de uma forma muito aberta, por vezes emotiva, discutiram durante 3 horas este assunto.

Concluiu-se que este é um problema que merece a máxima prioridade à DN e que estes associados devem ter uma actuação mais activa na vida associativa de forma a mais eficazmente pressionarem e apoiarem a ADFA nesta matéria.

A primeira intervenção foi de Abubacri Demba-Baldé, -que já foi convidado a integrar o Conselho de Reabilitação - que leu um documento intitulado "Os Assuntos mais urgentes que afectam actualmente os deficientes das Forças Armadas oriundos de África" dada a sua importância transcrevemo-lo na íntegra:

"OS ASSUNTOS MAIS URGENTES QUE AFECTAM ACTUALMENTE OS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS ORIUNDOS DE ÁFRICA SÃO OS SEGUINTE:

1- A conservação da nacionalidade portuguesa, para os Deficientes das Forças Armadas oriundos das ex-Colónias de África. Dado que actualmente não existe uma lei adequada para esse efeito. Porque, presentemente, só existe a Lei 37/81, de 3 de Outubro, que dá nacionalidade portuguesa por via da naturalização. O Dec. Lei 308/75, de 24 de Julho, é que conservava a nacionalidade portuguesa e foi revogado pela A.R. em Dezembro de 1988.

2- A qualificação dos Milícias a Deficientes Civis das Forças Armadas, os quais carecem de uma legislação própria desde os finais de 1988. Na medida em que os Dec. Lei 319/84, de 1 de Outubro, e 267/88, de 1 de Agosto, respectivamente, eram extremamente restritivos e discriminatórios. Praticamente cada um continha prazo de 90 dias consecutivos. Ao passo que o Dec. Lei 43/76 de 20 de Janeiro está a vigorar até à data presente.

3- O pagamento dos retroactivos aos D.C.F.A. que conservaram a nacionalidade portuguesa e já foram qualificados, conforme reza o Artigo 9º do Dec. Lei 43/76, de 20 de Janeiro. Dado que os referidos deficientes nunca perderam a cidadania portuguesa, e possuem uma incapacidade física mais do que suficiente e são acidentes sofridos em campanha. Logo, isto dá direito a qualquer muti-

lado de guerra, para que a sua pensão de invalidez seja calculada por inteiro. Obviamente, se não houver



uma clara discriminação ou de uma justa marginalização, como se verifica no caso dos Milícias.

4- O problema de habitação, também estamos a deparar com grandes dificuldades neste sentido, como é sabido que os africanos normalmente possuem muitos filhos. No que diz respeito à compra de casa própria por intermédio da Caixa Geral de Depósitos, com os relativos descontos, não se pode viver condignamente, porque não há outros recursos. E nestas perspectivas são obrigados a viver em barracas inadequadas para um deficiente.

5- Como é óbvio, ainda existe um número muito reduzido de Deficientes das Forças Armadas nas ex-Colónias, particularmente na Guiné-Bissau, os quais não conseguiram vir para Portugal por motivos de várias ordens. Pedimos um apoio eficaz e condigno para estes colegas, que ainda se encontram em condições extremamente desumanas e lamentáveis.

6- Por último, é caso de

autorização de residências para os deficientes recém-chegados, a D.G.E.F. exige sempre uma declaração de autorização de residência, no acto de apresentação do requerimento de nacionalidade. Pedimos também que tomem consideração sobre este assunto".

Terminada esta intervenção os associados falaram sobretudo de problemas muito concretos, como o caso de um soldado que foi feito prisioneiro pelo PAIGC durante a Guerra, e que depois de libertado, em 1974, se encontra paraplé-gico e quase cego e surdo, na sua aldeia natal, sem nenhuma assistência médica e sem pensão, entregue unicamente aos escassos recursos dos seus familiares. A este propósito foi sugerido que se fizesse um levanta-

e durante anos sujeitam-se a viver muitos anos afastados das suas famílias, em barracas, e a passarem muita fome, pois a maior parte deles devido às suas grandes deficiências não conseguem trabalhar. Alguns vendem produtos vindos da Guiné, sobretudo "cola de mascar", no Rossio, mas são constantemente perseguidos pela Polícia Municipal que lhes apreende a mercadoria e lhes aplica "multas", que vão dos 15 aos 30 contos. A este respeito a DN disse que é inqualificável a actuação do governo que prefere dar uma cama no hospital a estes homens, mesmo aos que não estão doentes, ou dar uma verba para que a ADFA forneça algumas refeições, do que conceder-lhes a cidadania; conside-

cebido da sua verdadeira profundidade. Nesse sentido, darão a máxima prioridade a este problema, que tem de ser analisado de forma global, partindo da premissa de que o Estado português não pode continuar "a enterrar a cabeça na areia" e fingir que não conhece este problema. Esta é uma questão política: "enquanto não forem resolvidos todos os problemas das vítimas da Guerra Colonial, esta não pode ser dada como terminada.

SEMEAR O AMOR PARA ELIMINAR O ÓDIO

A DN afirmou que a ADFA não tem nada a ver com a forma como decorreu a descolonização, e apelou aos sócios para "porer para de trás das costas" problemas passados, ódios antigos, pois, se os políticos semearam o ódio, a ADFA está a semear a PAZ. Explicitou depois que estão a ser movidos os mais variados contactos com Moçambique, e Angola (ver reportagem neste jornal) para que a ADFA possa participar nessa reconciliação e inclusive dar o nosso contributo, mesmo aos nossos antigos inimigos, hoje "irmãos" dos movimentos de libertação.

A DN apelou aos sócios para participarem na vida associativa, não numa pos-

tura de quem pede, mas na de quem exige, pois esse é um direito que têm e não um favor que lhes fazem. A DN chamou no entanto a atenção para o facto de que não podem esperar que a DN resolva tudo sozinha, e por isso deviam de vir mais vezes à associação, onde não há racismo, e onde todos são iguais independentemente da sua raça, religião ou cor política.

Se perante uma catástrofe natural são desencadeados processos de solidariedade, porque razão, relativamente a uma catástrofe que durou 13 anos, essa mesma solidariedade não é desenvolvida?. Respondeu a DN que não podemos esperar que a morte nos leve, e está a levar-nos em "grande velocidade", mesmo dentro do grupo de associados da Guiné alguns já cá morreram na miséria sem verem os seus problemas resolvidos; a DN considera isto indigno, e que a ADFA será capaz de "mover montanhas" desde que os sócios estejam unidos e organizados e saibam mobilizar a opinião pública para o nosso lado, sobretudo através dos meios de comunicação social.

Como medidas imediatas informou que irá ser pedida uma audiência à Casa Militar da Presidência da República e organizar-se-à uma reunião na Sede da ADFA, onde estejam presentes altas individualidades militares que comandaram muitos destes homens durante a Guerra Colonial.

rou esta uma posição indigna e que Portugal tem, no mínimo, que assumir a responsabilidade pela reparação dos danos sofridos: assistência médica e protésica e pensões.

PAGAR QUOTAS PARA SERMOS IGUAIS

Houve diversas intervenções, feitas pelos próprios africanos, que apelaram a que todos aqueles que tivessem possibilidades pagassem as quotas, para dessa forma poderem ser "sócios militantes e não amadores", e dessa forma reivindicarem os seus direitos em pé de igualdade com qualquer outro associado, pois cumpriam o seu dever estatutário.

Depois destas intervenções diversos elementos da DN se pronunciaram no sentido de que, embora já conhecessem estes problemas de uma forma teórica, só neste dia se tinham aper-

DFA reivindicam promoções



Na sequência da reunião havida, na nossa Sede, em 8 de Setembro, com um grupo de deficientes das Forças Armadas que reivindicam a passagem a promoções dos postos em que se encontram graduados, e que a ADFA entendeu assumir como uma das suas preocupações, realizou-se idêntico encontro, no passado dia 9 de Outubro, onde foi discutida tal problemática nas suas múltiplas implicações.

Entrevista de Armindo Roque
Fotos de Farinho Lopes

Delegação angolana de deficientes militares na ADFA

Não trocar a consciência com a deficiência

Durante cerca de uma semana, de 19 a 26 de Outubro, esteve entre nós uma delegação da Associação Nacional dos Deficientes de Angola (ANDA), fundada a 20 de Outubro de 1991, dirigida pelo seu presidente, Silva Lopes Etiambulo Agostinho, também Chefe da Repartição Nacional da Atribuição de Direitos Sociais da Secretaria de Estado dos Antigos Combatentes (na dependência directa do Primeiro Ministro angolano), antigo combatente das FAPLA, que estava acompanhado por Albano Patrício Ramiro, Delegado Provincial de Luanda, da Secretaria de Estado dos Antigos Combatentes, Antigo Combatente da Força Aérea portuguesa e por Certo João Rodrigues, presidente do Conselho Fiscal da ANDA, também Secretário Geral da Associação dos Antigos Combatentes, e Director Nacional de Recenseamento dos Antigos Combatentes.

Durante a sua visita tiveram oportunidade de reunir com a DN, com o Secretário Nacional de Reabilitação que, segundo disseram, mostrou a maior disponibilidade para apoiar uma cooperação entre esta associação e o governo português. Estiveram ainda no 1º Congresso da ACAPO.

A Direcção Nacional da ADFA e a ANDA deram uma conferência de Imprensa conjunta, onde compareceram a TVI, o canal 1 da RTP, a SIC, o Diário de Notícias, a Agência Lusa e a Rádio Capital. Foi exposta a conjugação de esforços desenvolvida pelas duas associações para a reintegração social de todos os deficientes de guerra em Angola, tanto os das Forças Armadas portuguesas aí residentes como os dos movimentos de libertação da guerra colonial e ainda os da posterior guerra civil. Isto no quadro da cooperação de Portugal com Angola.

A delegação da ANDA visitou todos os serviços da ADFA, analisou a forma como estamos organizados, a legislação que existe em Portugal, a investigação que tem sido feita na ADFA, a nossa Tipografia-escola e o trabalho desenvolvido no CRPG.

Sobre tudo isto entrevistámos os nossos convidados que nos expuseram os seus mais prementes problemas e os objectivos da ANDA.

ELO - Depois de terminada a Guerra Colonial, entre os Movimentos de Libertação de Angola e as Forças Armadas Portuguesas, detectaram logo problemas em relação às pessoas deficientes ou isso só surgiu mais tarde?

Silva Etiambulo - Duma maneira geral, podemos dizer que logo que terminou a guerra colonial, e muito especialmente nos anos de 75, criou-se a Comissão de Apoio aos Deficientes das Forças Armadas, que nessa altura era chefiada por um membro do Comité Central do MPLA. Depois, em 1976, criou-se o primeiro núcleo oficial de apoio aos deficientes das Forças Armadas. Em 1977, oficialmente, através de um Decreto Presidencial, criou-se a Secretaria de Estado dos Antigos Combatentes, que está vocacionada para o atendimento de todas as pessoas que participaram efectivamente na luta de libertação nacional contra o colonialismo português, e que se tornaram deficientes fisicamente: as viúvas de guerra, os órfãos, e também os antigos combatentes, com ou sem deficiência física. É este o organismo que até ao momento se encontra a funcionar no país.

ELO - Acredita que existindo agora paz - ou quase - em Angola, irão ser incre-

mentadas as relações entre os antigos combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné?

E.S. - Creio que sim. Será necessário que tenha um grande incremento a nível dos PALOP.

ELO - Porquê?

E.S. - Porque pensamos que com a criação de um Comité de Antigos Combatentes haveria mais ligação e troca de impressões conjuntas, assim como para o desenvolvimento no campo da formação profissional, da reabilitação física, e da reintegração social.



ELO - Neste momento tem algum cálculo do número de deficientes militares que têm em Angola?

E.S. - Actualmente, mediante estatísticas que nós encontramos dos Antigos Combatentes, temos em 76 mil controlados.

ELO - E civis?

E.S. - Contamos com 200 mil elementos controlados: homens, mulheres e crianças. Mas este número não é exacto. Continua a haver áreas a que nós não vamos devido às minas. Continua a haver gente que perde as suas terras para a lavra por ainda estarem minadas.

ELO - Em Angola, quantos centros protésicos ou de atendimento a deficientes existem?

E.S. - Temos três centros em Luanda, temos um centro no Huambo, onde está a Cruz Vermelha Internacional, temos um pequeno centro no Bié, há um centro da Comunidade Europeia na província do Lubango, também pequeno, e temos o "Handicapés" - organização francesa - em Benguela. Mas há necessidade de mais centros, especialmente na província do Moxico, que fica distante de

Luanda, no Huambo, no Bié, e na província do Cunene, que também está muito isolada.

ELO - Para os 200 mil deficientes esses centros são suficientes?

E.S. - Nós temos acompanhado a evolução de cada centro, e o número exacto a que nós chegámos é de 100 próteses por mês, desde que haja o material necessário para a manufactura de próteses. É pena que dentro destes centros todos nenhum fabrique próteses de membros superiores. Portanto, seria necessário alguma organização voca-

cionada para o fabrico de membros superiores.

ELO - A ANDA tem a sede em Luanda. Tem outras delegações espalhadas pelo país?

E.S. - Criámos as delegações de Benguela, do Huambo, do Bié, do Moxico, das Lundas no Zaire e Bengo. Estamos agora em vias de criar outras. Já temos núcleos próprios criados para a sua dinamização.

ELO - Quantos sócios têm neste momento?

E.S. - Trinta e seis mil sócios.

ELO - E os sócios pagam algum tipo de quota?

E.S. - Cada sócio paga duzentos mil quanzas.

ELO - Para além da quotização dos sócios têm mais algum apoio, subsídio estatal, ou outros?

E.S. - Havia um pequeno problema na nossa organização, e só conseguimos ultrapassar a questão este ano, porque o governo tinha-nos concedido uma verba no valor de duzentos milhões de quanzas; calculado em dólares seriam setenta mil dólares. Em 1992 na ausência do Presidente da ANDA, o vice fez um desfalque de parte

desse montante e entrámos em falência. Depois tivemos ofertas de algumas outras organizações, de alguns empresários, que doaram cinquenta mil dólares para a compra de alguns meios de transporte. Nesta fase, a partir do dia 2 de Outubro, estamos a levar a cabo no país acções de angariamento de fundos e para o efeito estão a ser feitos apelos nas rádios. Já temos indícios de que poderemos conseguir algum dinheiro, o que irá permitir acções de reabilitação no seio da comunidade.

REABILITAÇÃO NO CRPG

ELO - Relativamente às vossas relações com a ADFA, quais são os benefícios que pensam que possam advir do intercâmbio entre as duas associações?

E.S. - Primeiro, queríamos aproveitar para agradecer, através do "ELO", a amabilidade da ADFA em nos ter imprimido o primeiro boletim informativo gratuitamente.

ELO - Como é que se chama o boletim?

E.S. - O boletim chama-se "ESPAÇO". Pensamos que a partir desta altura, com os contactos que fizemos com a Direcção Nacional da ADFA, voltaremos a imprimi-lo cá, mas desta vez pagamos.

Em segundo lugar, vamos também cooperar no domínio da reabilitação física, e já que é impossível em Angola fabricarmos próteses de membros superiores, levamos uma factura "pro forma" dos valores calculados dessas próteses, para apresentarmos ao nosso governo.

ELO - Será a ADFA a fornecer próteses?

E.S. - Nós mandaremos as pessoas que precisam de próteses de membros superiores para serem reabilitadas no CRPG. Até aqui tínhamos de ir para a Jugoslávia e Hungria, que são países que ficam muito longe. Seria muito bom para nós, e estamos esperando que assim venha a ser, porque vemos muito interesse por parte da ADFA, e o senhor Secretário Nacional de Reabilitação garantiu-nos dar um grande apoio nesse sentido.

ELO - Tiveram já algum contacto com o Ministério dos Negócios Estrangeiros?

E.S. - Ainda não! Mas pretendemos fazer isso atra-

vés do nosso país com Secretário de Estado da Cooperação, de forma a que se encontre a forma mais adequada para este relacionamento.

ELO - Pensam que a experiência que a ADFA tem noutras áreas, sem ser a da reabilitação médica e funcional, pode ter interesse para a ANDA?

E.S. - É importante para a nossa associação, mas mais importante ainda para a Secretaria de Estado dos Antigos Combatentes. O que nós vimos da organização dos vossos serviços pode ser um guia para os nós, porque neste momento estamos muito desorganizados. Por isso mesmo viemos aqui, para ver de perto como se tem feito o recenseamento e encaminhamento das pessoas. É muito importante já no curto prazo. A investigação que têm efectuado e de que levamos a respectiva documentação, iremos apresentá-la ao Secretário de Estado dos Antigos Combatentes, que é quem representa junto do governo os deficientes das Forças Armadas. Pensamos apresentar algumas propostas de remodelação que se tornam necessárias e urgentes.

Iremos também apresentar projectos de lei, se bem que o nosso governo, em relação a outros países africanos, esteja mais avançado nesta matéria. A nossa intenção é estarmos organizados de forma a podermos apoiar o nosso governo na resolução dos nossos problemas, pois o governo tem mais coisas a fazer, e se nós próprios não nos preocuparmos, ninguém se preocupará por nós.

NUNCA HOUVE RANCOR

ELO - Esta pergunta é para o Senhor Albano Ramiro. Como antigo combatente da Força Aérea portuguesa não sentiu "rancor" por parte dos elementos dos movimentos de libertação relativamente a si?

A.R. - Nunca houve rancores! Eu saí da Força Aérea e integrei-me nas FAPLA. Entre Angola e Portugal nunca houve rancores. Houve inclusive muitos militares portugueses que ficaram em Angola. Isto explica-se porque, a partir de 1965, já havia militares portugueses com alguns estudos e com outra compreensão da guerra, por isso mesmo durante a guerra não havia problemas desses. Portugal esteve lá muito tempo e há inclusive muitas relações de carácter familiar.

ELO - Considera que seria útil que se realizasse outro encontro dos veteranos da guerra colonial?

AR - Para mim, eles até deveriam realizar-se todos os anos, se houvesse possibilidades financeiras para isso, pois isso traria uma maior aproximação entre os diversos povos e uma troca de experiências muito útil.

ELO - Senhor Etiambulo, a mesma pergunta para si?

E.S. - A meu ver é necessário que os PALOP criem uma força própria. Estabelecer uma relação entre nós para melhorarmos a nossa situação e a de países como S.Tomé e Guiné, que ainda

estão pior do que nós. A criação de uma organização com sede num dos países dos PALOP seria muito importante. Angola é um país muito rico, mas tem falta de meios de exploração dessa própria riqueza. O governo disponibilizou áreas de exploração dessa riqueza aos antigos combatentes: áreas agrícolas, mineiras e pesqueiras.

ELO - Essa política tem como objectivo desviar os antigos combatentes - que durante estes 30 anos de guerra nunca trabalharam - de actividades marginais?

E.S. - É isso mesmo.

ELO - Mas gostava que me elucidasse se essa política incide essencialmente em atribuir uma pensão pecuniária ou em criar postos de trabalho?

E.S. - O primeiro método que o governo adoptou foi dar a pensão, mas uma pensão no valor de 4 dólares o máximo (600\$00), o que não é nada, mas nós, deficientes das Forças Armadas compreendemos isso, porque o país atravessou várias guerras. Por outro lado os empresários não admitem os deficientes, porque dizem que provocam confusão (conflitos) e para mais os deficientes não têm formação, não sabem fazer nada. É por isso prioritário formar e reintegrar os próprios deficientes. É necessário fazer um levantamento geral e completo dos deficientes, e criar centros de formação e reabilitação profissionais, sobretudo na área das artes e ofícios.

ELO - E qual é a vossa 2ª prioridade?

E.S. - A criação de empresas, e para isso seria bom que houvesse empresários que quisessem cooperar conosco, pois temos terrenos e inclusive edifícios que nos propomos disponibilizar.

NÃO TROCAR A CONSCIÊNCIA COM A DEFICIÊNCIA

ELO - Como pensam levar esses projectos em frente?

E.S. - A ANDA tem uma palavra de ordem que é a seguinte: "não trocar a consciência com a deficiência", é o nosso lema. Estamos a lançar uma campanha para que o deficiente compreenda que perder uma perna, a vista, ou mesmo dois braços, não significa que perdeu a cabeça toda, e que ele ainda tem possibilidades de fazer alguma coisa na vida. Aqui na ADFA vimos um paraplégico a trabalhar, um cego como telefonista e inclusive um homem sem os dois braços como presidente desta associação. Estamos a consciencializar a população através dos órgãos de comunicação social.

AS DOAÇÕES SERÃO BEM-VINDAS

ELO - Considera que existem barreiras culturais?

E.S. - Sim! Elas existem também nas cabeças dos empresários e eles têm de perceber que se não fossem esses homens que ficaram mutilados, eles hoje não teriam um país independente, e que eles

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 1994

Conclui-se neste número a apresentação do Relatório de Actividades, do CRPG, referente a 1994

2.2 - OUTROS PROGRAMAS

2.2.1 - LÍNGUA

Realizaram-se visitas de formandos de uma instituição francesa - Association YMCA de Colomiers - ao CRPG e de formandos do Centro ao Bridgen College of Further and Higher Education, do Reino Unido, durante as quais participaram em múltiplas e diversas actividades culturais e recreativas.

2.2.2 - FORCE

Este projecto de concepção de um produto de formação na área da qualidade e manutenção, teve um particular desenvolvimento, por se encontrar na fase final:

- reuniões de trabalho em França
- sessão para testar o produto final na empresa francesa parceira no projecto, durante a qual se realizou o vídeo para formação de formadores
- tradução dos documentos em Português, sob orientação do CRPG
- uma vídeo-conferência em que o Coordenador do projecto e dois técnicos apresentaram aos técnicos portugueses do CRPG e da PAMEL, empresa portuguesa parceira no projecto, os dispositivos criados e a forma de os aplicar à formação

- teste final do produto na empresa PAMEL, sob orientação técnica do CRPG.

Numa última reunião concluiu-se, face aos resultados dos testes, que o produto final tem grande eficácia como utensílio de formação para a qualidade e preparou-se a sua difusão e comercialização.

2.2.4 - HELIOS II

O CRPG juntamente com sete parceiros europeus desenvolveu o tema "As relações entre o Centro de Readaptação, os Centros de Reeducação, e as estruturas de Formação Profissional e de Procura de Emprego".

A conclusão do estudo deste tema - proposta de uma estrutura de ligação entre os serviços responsáveis - foi apresentada em Lisboa, no Seminário do Dia Nacional de Informação HELIOS e em Paris no Seminário HELIOS.

2.2.5 - CITE

Decorreram várias reuniões de trabalho com o INESC - Instituto Nacional de Engenharia de Sistemas e Computadores e HGSA - Hospital Geral de Santo António, parceiros no projecto, para discussão

e divisão de tarefas e preparação da placa dinamo-métrica, com vista à definição de um sistema de "Produção de Calçado e Palmilhas Ortopédicas Assistida por Computador" no qual esta placa actua como teste de adequação do calçado.

2.2.6 - Rede-CITE

Projecto do Secretariado Nacional de Reabilitação, cujo objectivo é criar uma rede informática, entre várias instituições nacionais de investigação e desenvolvimento tecnológico na reabilitação.

Realizaram-se reuniões de apresentação do projecto, dos projectos em que os pólos da rede estão envolvidos e das bases de dados do Secretariado, assim como da estrutura de formação dos gestores dos pólos da Rede-CITE.

3 - PARTICIPAÇÕES INSTITUCIONAIS

O CRPG participou em várias actividades decorrentes da sua qualidade de membro da Direcção da FORMEM - Federação Nacional de Centros de Formação Profissional e Emprego para Pessoas com Deficiência e do INEB - Instituto Nacional de Engenharia Biomédica.

Participações do CRPG em Conferências cujo tema foi Tecnologias da Reabilitação:

• **12ª Conferência Europeia de Biomateriais**, organizada pelo INEB - Instituto de Engenharia Biomédica - pela primeira vez em Portugal. Decorreu no Porto, dias 10 a 13 Setembro e reuniu cerca de 300 especialistas nacionais e estrangeiros. Foram abordados, entre outros, dois grandes temas: "Silicones: será que provocam o sistema imunitário" e "Próteses da anca - cimentar ou não cimentar - existe ou não uma questão". Paralelamente à conferência decorreu uma exposição para o público não especializado intitulada "Os materiais no corpo humano: um passeio entre próteses e implantes" que pretendeu dar a conhecer a importância social dos biomateriais. O CRPG esteve presente com amostras dos diferentes materiais utilizados no fabrico de próteses e seus componentes, assim como dos produtos finais.

• **3ª edição da ECART - Conferência Europeia sobre Desenvolvimento das Tecnologias da Reabilitação**, que teve lugar em Lisboa de 10 a 13 de Outubro, e cuja organização se deve

ao Secretariado Nacional da Reabilitação. Os conferencistas abordaram o tema da conferência "O Futuro Hoje: Tecnologias de apoio, um caminho para a vida independente", salientando que as tecnologias de reabilitação são um meio para alcançar a melhoria da autonomia e da qualidade de vida das pessoas com deficiência, e não, um fim em si mesmas.

• **TIDE Proposers' Information Day - Dia de informação e de encontro** entre os candidatos com projectos no âmbito do programa TIDE (Technology Initiative for Disabled and Elderly People). Decorreu em Bruxelas, dia 9 de Outubro, e após uma sessão plenária de apresentação do Programa, os participantes no Dia de Informação dividiram-se por Grupos Temáticos segundo os seus grupos de interesse e discutiram eventuais parcerias no âmbito de projectos com objectivos comuns.

O CRPG tem em parceria com outros países europeus alguns projectos preparados ao longo dos últimos meses e cuja candidatura será apresentada até à data limite de 15 de Janeiro.

Outras participações:

• A FORMEM - Federação Portuguesa de Centros de Formação Profissional e Emprego de Pessoas com Deficiência - organizou o II Encontro Nacional de Centros de Reabilitação Profissional, dias 18 e 19 de Setembro, no Estoril.

Os principais objectivos destes Encontros têm sido suscitar oportunidade de encontro e debate entre profissionais dos centros que desenvolvem programas no âmbito da reabilitação profissional, promover o debate em torno das áreas técnicas fundamentais, contribuir para a clarificação do papel dos Centros de Reabilitação Profissional no contexto das políticas de reabilitação e formação profissional para pessoas com deficiência e analisar e debater os resultados do estudo de caracterização das organizações que integram o sistema de Reabilitação Profissional.

O CRPG, como centro membro desta Federação, participou activamente neste Encontro no qual estiveram presentes 113 participantes representando 43 entidades.

• HELIOS II - 1ª Visita de Estudo, no âmbito



Audatório C.R.P.G. - "Curso sobre Alterações da Linguagem"

deste programa, Sector da Readaptação Funcional - cujo tema de trabalho é "Preparação a um eventual regresso à vida profissional". A visita e reunião de trabalho tiveram lugar na Grécia, dias 15 e 16 Setembro, conjuntamente com o grupo de trabalho que se dedica a estudar o "Papel do desporto no processo de reabilitação".

Foi proposta uma equipa/pessoa que coordene as acções dos intervenientes no processo de reabilitação, a qual acompanhará a pessoa com deficiência e será o elo principal entre a empresa, o domicílio e o centro de reabilitação

funcional e dirigirá a pessoa com deficiência na sua vida profissional e social. Nesta equipa julga-se importante estar presente um representante do desporto, por se considerar esta actividade indispensável no processo de reabilitação.

• O CRPG conjuntamente com o Serviço de Fisiatria do Hospital Geral de Santo António organizou o "Curso sobre Alterações da Linguagem", no qual participaram especialistas nacionais e estrangeiros.

Este curso que teve lugar no auditório do Centro dias 15 e 16 de

Setembro debateu os seguintes temas:

- Organização do Sector de Reeducação das Alterações da Linguagem;
- Clínica e Diagnóstico das Alterações da Linguagem;
- Reinserção Socio-profissional dos Doentes Afásicos;
- Linguagem na Criança: desenvolvimento, afasia adquirida e comunicação aumentativa e alternativa;
- Projecto HOMENET;
- Disartrias;
- FORUM: "Comunicação e Saúde" - Novas Tecnologias.

1.º Congresso da ACAPO

Cegos Portugueses Reflectem o seu Futuro

Na ocasião do 6.º Aniversário da Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO), ocorrido a 20 de Outubro, esta dinâmica organização de deficientes realizou de 19 a 21 do mês corrente o seu 1.º Congresso.

O Congresso, que contou com a presença de representantes de todos os países africanos de expressão portuguesa, de Macau, do Brasil, de Espanha e Itália, foi viva e profundamente participado, assente em teses de importante qualidade que produziram resoluções do maior interesse para os deficientes portugueses da área visual.

A Sessão de Abertura, no dia 19, contou com a presença na respectiva mesa dos Srs. Adilson Ventura, da União Brasileira de Cegos, Rafael Mondaca, da Organização

gresso, Francisco Alves, Presidente da Direcção Nacional da ACAPO, referiu ao nosso jornal: "Eu, como Presidente da Comissão Organizadora deste Congresso, e ainda a

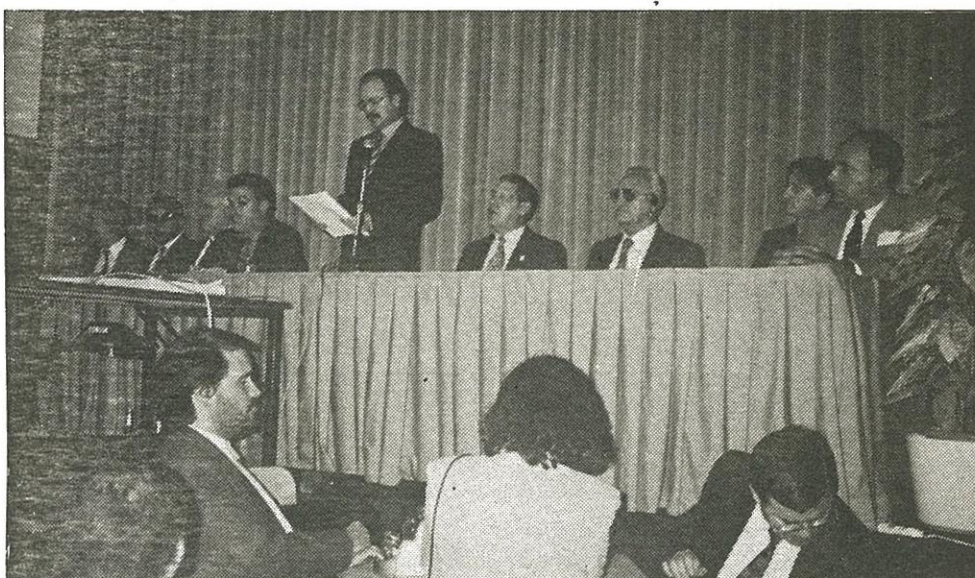
as e a forma de exigir ao Estado uma educação que eduque e uma formação profissional que forme; mais, numa componente muito forte, definir e clarificar o nosso papel no

problemas dos cegos e amblíopes portugueses. Não podemos ficar só pelo associativismo reivindicativo, porque nós temos que dinamizar e ter alguma coisa que dar aos sócios!

O nível muito elevado dos trabalhos apresentados por cegos competentes e qualificados evidenciaram que, caso eles queiram participar na vida associativa, não há que temer pelo futuro da ACAPO, estamos, portanto, todos muito contentes, e sem ser optimista em exagero, reputo que este Congresso se salda por um grande êxito."

No dia 20, data do aniversário da ACAPO, realizou-se no Teatro Maria Matos um espectáculo de onde ressaltam a extraordinária actuação do fadista cego Vitor Lisboa e do Coro Fermin Gurbindo da Once, composto por 50 elementos, que interpretou peças clássicas e da música regional espanhola tendo, ao terminar a actuação, brindado os assistentes com uma peça da música tradicional portuguesa.

Todas as actividades foram acompanhadas de



Nacional de Cegos de Espanha, Henrique Ribeiro e Gabriel Gonçalves, Presidente e Vice-Presidente do Congresso e Francisco Alves, Presidente da respectiva Comissão Organizadora.

A Sessão de Encerramento, no dia 21, foi presidida pelo Secretário Nacional de Reabilitação que era acompanhado na mesa pelos Srs. Pedro Zurita, Secretário Geral da União Mundial de Cegos, Arvo Karvinen, Presidente da Comissão da Cooperação da União Europeia de Cegos, Tommaso Daniele, da União Italiana de Cegos, para além de Henrique Ribeiro, Gabriel Gonçalves e José Guerra, em representação da ACAPO.

Acerca deste 1.º Con-

gresso, estou extremamente feliz, porque acreditava que era possível atingir parte dos objectivos, que vínhamos formulando há já 3 anos, mas não que os atingiríamos numa forma tão evidente. Este Congresso demonstrou que o projecto da ACAPO, como associação unificada é o único que interessa aos cegos portugueses, porque ficou demonstrado que em 6 anos se fez mais do que em 60 de associativismo disperso, e que o caminho, portanto, é a unidade, pois quem a não quer, não defende os interesses dos cegos portugueses. Outro objectivo conseguido foi a definição de linhas que tentem dirigir a acção da ACAPO no terreno, e quais as suas competências



sentido de não fazer nada, nem substituir ninguém, sem o sentido de colaborar, pois só assim é que poderemos resolver os

problemas dos deficientes portugueses. Não podemos ficar só pelo associativismo reivindicativo, porque nós temos que dinamizar e ter alguma coisa que dar aos sócios!

Seminário Europeu "da Instituição à Comunidade"

A Liga Portuguesa dos Deficientes Motores, em colaboração com a Confédération des Organisations Familiales de la Communauté Européenne, irá organizar um Seminário europeu subordinado ao tema "Da Instituição à Comunidade", que decorrerá no próximo dia 9 de Novembro, nas instalações do Edifício Sede da Liga Portuguesa dos Deficientes Motores, Av. João Paulo II lote 561, Zona J (Urb. Chelas) Lisboa.

Exposição no Palácio da Independência sobre D. João II

A Sociedade Histórica da Independência de Portugal organizou uma exposição sobre D. João II, a propósito do 5.º aniversário da morte deste monarca (1495).

A inauguração realizou-se no dia 11 de Outubro, e a ADFA esteve presente através do Presidente da Direcção Nacional.

A exposição ocupa as salas do rés-do-chão do Palácio (ala onde funcionou a secretaria da ADFA), com elementos alusivos à vida e à governação do monarca que viria a ser cognominado de Príncipe Perfeito.

D. João II, que viveu de 1455 a 1495 e governou de 1481 a 1495, foi um dos reis mais determinados da História de Portugal, sendo no seu reinado que o projecto de expansão ultramarina atingiu contornos definitivos.

O Palácio da Independência, que, como sede da ADFA, foi museu vivo dos últimos protagonistas do império, alberga agora uma exposição histórica, bem concebida, sobre aquele que, cinco séculos antes, foi um dos maiores impulsionadores desse mesmo império.

Mês do Deficiente em Almada

De 4 a 26 de Novembro, a Câmara Municipal de Almada, com o lema "Almada Solidária, Almada para Todos", realiza várias iniciativas que culminam com o apoio ao 6.º Congresso Nacional de Deficientes, no Complexo Municipal dos Desportos.

Do programa salientamos, em 2 de Novembro, a apresentação da Associação de Apoio ao Deficiente Visual do Concelho de Almada, em local a designar, seguida de debate com o tema "principais problemas dos deficientes visuais".

De 10 a 19 de Novembro, na Oficina de Cultura, vão realizar-se debates e estará aberta ao público uma exposição temática e uma exposição de ajudas técnicas e próteses.

De 4 a 19 do mesmo mês, realizam-se várias provas desportivas no Complexo Municipal de Desportos, tais como, a final da super taça de basquetebol em cadeira de rodas e futebol de salão para surdos mudos. Previstas também, provas de atletismo para todos os níveis de deficiência.

Em data a confirmar, dia 7 ou 20, realiza-se, no Complexo dos Desportos, um sarau de ginástica.

Nos dias 16 e 17, realizam-se, no Hospital Garcia de Orta, as II jornadas sobre Reabilitação.

Ao promover estas iniciativas, a C.M. Almada pretende contribuir para uma maior divulgação e esclarecimento públicos dos problemas da população deficiente do país e dos esforços desenvolvidos na melhoria das suas condições de vida, assim como, promover, a nível do concelho, a informação e sensibilização junto da comunidade e instituições locais para esta problemática.

Organizações locais de deficientes e várias colectividades foram convidadas a participarem neste grande leque de iniciativas do "Mês do Deficiente em Almada".

VENDE-SE

Casa

4 ass. 2 WC, c/arrecadação e garagem
Praceta da Castelhana Lote 22, c/v-B
Alto da Castelhana — 2750 CASCAIS
(Adaptada p/deficiente c/cadeira)
Informações: D. Laurinda - Tel. 01/4844990
Sr. Fernando - Tel. 039/531076

Continuação da pág. 8

Reunião dos Órgãos Sociais Nacionais com o Conselho Nacional

Mais informação... na vida da ADFA

desta interligação entre eles e a DN e na oportunidade chamaram a atenção para o facto de o CN não ter ainda um Regulamento de Trabalho que irá ser aprovado na sua primeira reunião.

A DN disse que o actual figurino estatutário pode ser

bom ou mau conforme for encarado. Se por um lado o envio da informação for utilizada como um instrumento de trabalho que permita a todo o momento que os membros do Conselho Nacional enviem as suas propostas, críticas, chamadas de aten-

ção, e inclusive informação complementar isso corresponde ao espírito desta DN mas pode também ser utilizada apenas para entrar em litígio com a DN. Os conselheiros devem utilizar o seu prestígio pessoal e a sua autoridade enquanto membros do CN para gerar dinamismo nos locais onde considerarem mais apropriados considerou a DN.

Um dos conselheiros disse que o CN só por si tem um grande mérito, receber informação é um grande mérito e que nas suas reuniões pedirão ainda mais informação.

Acrescentou que são generosos e que por isso irão para além daquilo que lhes é estatutariamente imposto, mas que para isso é necessário criar estruturas para que os conselheiros possam trabalhar.

RELANÇAMENTO DA VIDA ASSOCIATIVA

Sobre o relançamento da vida associativa a DN informou que a sua prioridade era trazer para dentro da ADFA alguns grupos de sócios que andam dela arredados como é

o caso dos sócios africanos e dos que sofrem de distúrbios pós-traumáticos causados pelo stress de guerra e que para o efeito estavam já agendadas uma série de reuniões e outras iniciativas.

As reuniões mensais de sócios de Lisboa passarão a ser uma realidade assim como reuniões descentralizadas nos Núcleos. Anunciou para breve a criação do Núcleo do Barreiro.

A DN anunciou também que irá ser lançada uma campanha para o pagamento das quotas em atraso e angariação de mais associados.

Outra das preocupações da DN é a criação de um bom atendimento aos sócios pois têm sido detectados casos de mau atendimento, nomeadamente no encaminhamento dos processos que já causou danos muitos graves a alguns sócios.

Por essa razão foi já estipulado que nenhum processo deve ser dado como encerrado sem autorização expressa da DN e que se devem explorar até à exaustão as possibilidades de um deficiente poder ser contemplado pela legislação existente.

Continuação da pág. 8

Reunião de sócios em Lisboa

Ampla participação dos sócios

não podem ser resolvidos, uma vez que o ex-responsável do Departamento de Informática levou consigo a fonte do programa. Foi pedido aos sócios um pouco de paciência em relação a estas anomalias, pois não se podia ter feito em dois meses, o que não foi feito em dois anos. Foi adiantado que a política a seguir é comprar software que existe no mercado, utili-

zar programas que não sejam obsoletos. Esta forma de actuar, para além de permitir construir um sistema eficaz, delineado com profissionalismo, trará muito menos custos à ADFA do que aquele que estava a ser implementado.

Acerca do Lar Militar constatou-se que este está a ser mal gerido, pois não se pode admitir que 50% dos utentes sejam civis oriundos

de companhias de seguros.

A DN informou que foram feitas uma série de propostas e contra-propostas para uma gestão conjunta do Lar, onde a ADFA ficasse numa posição de igualdade relativamente à CVP, mas até à data não foi obtida qualquer resposta.

Foi garantido pela DN que este assunto não irá ficar parado.

A ADFA NÃO É UMA REPARTIÇÃO PÚBLICA

Após a intervenção de um associado que afirmou que a ADFA tem de deixar de funcionar como uma repartição pública, que abre às 9:00H e fecha cinco minutos antes

das 6:00H, e que propôs um horário mais alargado e a criação de actividades desportivas, culturais e de convívio associativo, a discussão avançou neste sentido.

Diversos associados fizeram as mais variadas propostas para aproveitamento de espaços da Sede, muito especialmente aqueles que são agora ocupados pelo Restaurante e pelo Bar. Houve quem sugerisse que o Bar e o Restaurante deveriam funcionar os dois onde agora está o Restaurante e que a zona da cave deveria ser utilizada para actividades lúdicas e que inclusivamente poderia, se bem gerida, constituir uma fonte de receitas para a ADFA.

Levantou-se também a

problemática do voluntariado, que deve constituir uma forma de aproveitamento da vontade de muitos sócios que querem colaborar com a associação, mas não encontram estruturas organizadas para exercerem actividades.

A tónica dominante foi que as actividades devem ser direccionadas de acordo com as necessidades dos sócios pois, se assim não for, qualquer iniciativa estará condenada ao fracasso.

STRESS DE GUERRA

Um associado queixou-se do facto de terem deixado de existir as terapias de grupo que, no seu caso particular, lhe tinham sido muito úteis,

indignou-se sobretudo por nunca ter sido informado das razões disso ter acontecido. A DN respondeu, e considerou que isso abriu uma grande brecha na ADFA, e informou, que nesse mesmo dia, tinha havido uma reunião onde tinham sido delineadas as acções a empreender, de forma a criar condições para apoiar os ex-combatentes vítimas de problemas psicológicos causados pelo stress de guerra e que por esse motivo tivessem ficado seriamente diminuídos nas suas capacidades de integração laboral e social. O presidente da DN convidou esse associado para reunir pessoalmente com ele após ter terminado a reunião, já perto da meia noite.

Continuação da pág. 10

Delegação angolana de deficientes militares na ADFA

Não trocar a consciência com a deficiência

têm de cumprir com a lei que o governo já decretou de estabelecer uma quota de emprego de 2% para pessoas com deficiências. E esta mentalização deve ser feita por toda a comunidade internacional, porque Angola é dos países do Mundo onde existem mais deficientes e que irão aumentar com o rebenamento das minas que estão no terreno. Agora que os programas internacionais de ajudas humanitárias terminaram, devem implementar sistemas de apoio aos deficientes, essa é a nossa preocupação. Por isso agradecemos que o vosso jornal diga que todos aqueles que nos queiram apoiar, que nós estamos disponíveis para receber doações de quem nos queiram doar umas calças, uma camisa, uma bicicleta, uma cadeira de rodas. Serão bem-vindas. Penso que essas doações podem ser deposita-

das na Sede da ADFA, que posteriormente as enviará para Angola. Este é a apelo que nós queríamos deixar, e também aos leitores do "ELO" que existem por esse mundo fora, que façam o mesmo.

ELO - Uma última pergunta, consideram que um núcleo da ADFA em Luanda, para apoiar os deficientes militares que combateram no exército português, teria o vosso apoio?

E.S. - Isso seria uma vantagem para todos, inclusivamente estamos na disposição de apoiar esse núcleo financeiramente para montarem os seus serviços administrativos. Isso significa que a ADFA tem um espírito de solidariedade, que estão dispostos a coívirer em conjunto com a nossa comunidade e a estabelecer uma comunicação directa com a ADFA e com Portugal..

Direcção Nacional reúne com a Delegação do Porto e CRPG

Reuniram, na Sede da ADFA, com a Direcção Nacional, a Direcção da Delegação do Porto e o Director do CRPG, com a finalidade tratar diversos, de onde se destaca:

A Cooperação com os deficientes de guerra de Moçambique, em colaboração com ADFA/CRPG, a Fundação Calouste Gulbenkian e a associação britânica denominada Power.

A organização de visitas ao CRPG, por parte de dirigentes nacionais e locais da ADFA, durante as quais se efectuarão seminários, para o seu melhor conhecimento da realidade daquele centro na área da reabilitação e na intervenção, quer nacional, quer internacional.

E a possibilidade de criação de um Lar para deficientes militares ou estrutura semelhante na zona Norte do país.

UCNOD

6º Congresso Nacional de Deficientes

A União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes, (UCNOD), irá organizar o 6º Congresso Nacional de Deficientes, de 25 a 26 de Novembro, no Pavilhão Gimnodesportivo Almadense, em Almada.

O Congresso contará com a presença de representantes dos quinze países que constituem a União Europeia, para além dos quinhentos delegados e muitos convidados.

A Comissão Organizadora é presidida por Orlando Alves.

Irão ser discutidas as seguintes temas: Questões económicas e sociais dos deficientes; Os deficientes e o movimento associativo em Portugal; a UCNOD e o movimento internacional dos deficientes.

O Congresso decorrerá debaixo do lema "Em unidade - pela reintegração da pessoa com deficiência"

Barreiras arquitectónicas

Deficientes já foram atropelados na Av. Rainha D^a. Amélia

Realizou-se uma reunião de trabalho na Câmara Municipal de Lisboa - Pelouro da Acção Social -, em que estiveram presentes por parte da ADFA o 1º Vice-Presidente e o 1º Secretário da MAGN. Participaram diversos Departamentos da CML.

Ficou acordado eleger a Av. Rainha D. Amélia como projecto piloto na área da acessibilidade para pessoas com deficiência, tendo como fundamento o elevado número de Organizações para Deficientes, sediadas nesta área.

Convém referir que já foram atropelados associados nossos, utentes do Lar Militar, ao atravessarem a Av. Rainha D^a. Amélia, que constitui um enorme nesta avenida onde estão concentradas diversas organizações de e para deficientes e unidades hospitalares.

Encontro de Antigos Combatentes da Guiné

No dia 7 de Outubro, decorreu uma reunião da Associação dos Antigos Combatentes da Guiné, onde estiveram presentes antigos combatentes guineenses, de entre os quais se destacava a presença de deficientes associados da ADFA.

No Encontro, que contou com a presença de altas individualidades militares, a Direcção Nacional da ADFA fez-se representar pelo seu 2º Vice-Presidente.

I Encontro Nacional Sobre Stress Traumático

Conforme já foi noticiado no anterior número do "ELO", está a decorrer o I Encontro sobre Stress Traumático, desde o dia 25 de Outubro e que terminará no dia 27, data da saída do nosso jornal.

O Encontro que decorre nas instalações da Fundação Calouste Gulbenkian, tem tido uma grande cobertura por parte dos órgãos de comunicação social.

A ADFA para além das intervenções que realizará neste Encontro, tem participantes vindos de Coimbra, do Porto, de Famalicão e de Viseu, para além da Sede.

No próximo jornal faremos reportagem detalhada do mesmo.

Reunião da FMAC com Jacques Santer

Na sequência de convite do Secretário Geral da Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra - FMAC -, deslocar-se-á a Bruxelas, no próximo dia 03 de Novembro, para um encontro de apresentação e trabalho da FMAC, com o Presidente da Comissão Europeia, Jacques Santer, o associado José Eduardo Gaspar Arruda, na sua qualidade de presidente da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus.

Fundamentalismo Ocidental

Fukuyama, natural do Japão e cidadão, licenciado na universidade de Harvard, num dos seus livros desenvolve uma teoria de pensamento que o leva a pensar que em termos de história contemporânea não há mais nada a acrescentar visto que o seu fim está alcançado

Não obstante a polémica em torno deste pensamento, severamente criticado por variados sectores intelectuais, não deve ser deixado cair em saco roto e totalmente ignorado, na medida em que a ideia subjacente àquele pensamento não é nem mais nem menos que um verdadeiro reflexo da mentalidade ocidental, por exemplo, o fundamentalismo dos modelos de democracia ocidental que se pretendem impor universalmente, é ou não a opção mágica que esgota todas as soluções possíveis.

Com a queda do muro de Berlim e a consequente falência do sistema socialista o bloco ocidental (sistema capitalista consubstanciado nos modelos de democracias de economias de mercado) e por outro lado, o bloco leste (sistema capitalista equilíbrio estratégico assente numa relação de forças bilaterais, tendo por um lado, o consubstanciado nos modelos Marxistas-Leninistas de economia planificada pelo estado) deixaram de ter contradições para fundirem-se apenas num único sistema, ou seja, nos modelos de democracias ocidentais consubstanciadas em economias mistas.

O sistema socialista inspirado no pensamento Marxista-Leninista acreditou durante um longo período a irreversibilidade da queda do sistema capitalista devido às suas contradições internas visto tratar-se de um processo histórico-social, e quanto a isto argumentou que as crises cíclicas do sistema de produção capitalista decorrentes da queda tendência da taxa de lucro eram geradoras de sucessivas crises económicas ao ponto de a dada altura atingir uma situação caótica sem alternativas de serem atenuadas.

Nesta situação, diga-se caótica, era chegado o momento da grande verdade histórica-a crise generalizada do capita-

lismo- tendo em conta a coexistência de duas forças sociais antagónicas, por um lado os detentores do capital e por outro os trabalhadores, a única solução possível seria a tomada do poder através da revolução pelas forças do proletariado dos verdadeiros criadores de riqueza, o que legitima a sua ascensão ao poder -o poder popular.

Com o advento das sociedades pós-industriais, berço da racionalidade económica capitalista, sua internacionalização e consequente concentração do capital na esfera económica, assim como o esbater dos estratos sociais nas sociedades ocidentais, criou-se uma classe média mais alargada, reforçando a posição capitalista e contrariando assim a ideologia marxista, pese embora este aparente triunfo capitalista, muita coisa continua por resolver, designadamente as assimetrias Norte/Sul à escala universal e os problemas do desemprego e justiça social, bem como as novas formas de pobreza existentes nas cinturas periféricas das grandes capitais europeias e americanas, nas chamadas "ilhas e ou ghettos", originadas pelo fenómeno migratório, fundamentalmente de grupos oriundos dos países do terceiro mundo, que criando expectativas de melhoria dos seus níveis de vida nestas sociedades de "prosperidade" vão sobrevivendo abaixo do limiar da pobreza e nas condições sub-humanas, na medida em que não existe interesse político e capitalista para a sua integração social.

Neste contexto, com alguma indefinição dos países economicamente desenvolvidos e o desmembramento do império soviético bem como os do bloco leste e o consequente ressurgimento dos nacionalismos, manifestam-se de novo tendências xenófobas, nacionalistas e até reflexos de novas cruzadas contra o secular inimigo Islâmico, pelas forças mais retrógradas e conservadoras da sociedade.

Não pretendo com isto defender que a teoria do equilíbrio dos blocos era um mal necessário, entenda-se, na verdade urge uma nova ordem mundial porque a ONU não de-

fende os interesses dos mais pequenos, existe para salvaguardar os privilégios do poder dominante, isto é, impõe aos países menos influentes os seus modelos fundamentalistas de democracias ocidentais engendradas teoricamente para sociedades "sui-generis" que na prática não se aplicam à generalidade dos povos, quando deveriam elaborar propostas que poderiam ou não ser aceites consoante a sua aplicabilidade e universalidade.

Perante esta situação os povos feridos na sua honra e dignidade, assumidos nas suas verdades são organismos vivos. Evoluem, transformam-se e progridem pertencem essencialmente ao tempo. São aquilo em que se transforma, transformam-se no que são potencialmente. quer deseja ou não, quer se tenha ou não consciência que assim é, todos os povos são portadores da totalidade da ordem humana que através deles foram atingidos protestam e reivindicam a devolução da sua dignidade.

Em suma, os conflitos regionais instalam-se por toda a parte, a desordem mundial é uma realidade, a actuação da ONU tem-se pautado sobretudo nas políticas de dois pesos duas medidas e o auto-nomeado polícia do mundo - os Yankees -só intervém por conveniência estratégica, implementando políticas do seu interesse fazendo repensar a ideia de que Fukuyama afinal não estava muito longe da verdade ao concluir que de facto ao fim da história não é uma mera ilusão teórica..

LIAKAT ALI MUSSA (LIAKATALI FAKIR)

Nota da Redacção

Tem aumentado o número de cartas de associados com o pedido de publicação e que todas elas, merecerão, a correspondente divulgação nestas páginas.

O espaço disponível não permitiu ainda a sua inclusão pelo que sinceramente pedimos as nossas desculpas muito em especial aos sócios João Gonçalves, Joaquim Vilela dos Santos e Fernando Salvador Vigário.

Formação Profissional CURSOS

apoiados pelo FSE/IEFP

Para militares e civis portadores de deficiência motora, orgânica e / ou auditiva - (de nacionalidade portuguesa)

Habilitações:

9º ano de escolaridade ou equivalente

Técnicos de Sistemas Eléctricos e Electrónicos (Frio, TV e Vídeo)
Início JAN96 - inscrições até OUT96

Escritório Electrónico (Técnicos Administrativos)
Início MAR96 - inscrições até DEZ95

Sócio..., sabes que...

Os teus familiares têm acesso a cursos de formação ?

Curso Técnico de Sistemas Eléctricos e Electrónicos (TV/Vídeo, Frio e Refrigeração)

idade limite 25 anos - 9º ano escolaridade nacionalidade portuguesa

Início: MAR96 - Inscrições até DEZ95

Aceitam-se e incentivam-se inscrições de familiares de sócios das Delegações

Inscrições dos cursos: Edifício ADFA, Av. Padre Cruz ao Lumiar - 1600 Lisboa
Serviço de Formação e Emprego
Telefs: 7570422 - 7570502 Ext.226

Sócios Oferecem-se

EMPREGO

- Para todo o serviço administrativo
- Trabalhos de processamento de texto

Disponibilidade aos fins de semana

Telefs. 7570422(ext.225)

4325835(c/gravador)

- Para motorista

(regime liberal ou outro)

Zona: Entroncamento, Santarém e Tomar

António Gaspar, telef. 049 718826

(Regime liberal ou outro)

Ligeiros e pesados, para todo o serviço

Zona: Barreiro, Lisboa e arredores

Sr. Lino Silva, Telef. 2162500

telef. (c/gravador) 4325835



- Restaurantes
- Quartos c/WC, TV, Telef., Som
- Parque de estacionamento
- Garagem
- Condições

especiais para sócios da ADFA

Rua de S. José, 10

Cova da Iria — 2495 Fátima

Telef. 049 533637/533641 — Fax. 533634

AUTOMÓVEIS OPEL

MODELO	P. BASE	P.V.P.
ECO 1.2 5P	1.259.968.00	1.908.362.00
ECO 1.2 + 5P	1.315.523.00	1.973.326.00
SWING 1.2 5P	1.487.318.00	2.174.326.00
ECO + 1.4 5P	1.349.669.00	2.278.326.00
SWINGO 1.4 5P	1.527.447.00	2.486.326.00
ECO 1.5D 5P	1.625.338.00	2.762.326.00
ASTRA		
RIO 1.4	2.053.088.00	3.101.326.00
RIO GLS 1.4	2.267.618.00	3.352.326.00
RIO 1.7 TD	2.535.436.00	4.282.326.00
GLS 1.7 TD	2.789.282.00	4.579.326.00
RIO CAR 1.4	2.173.601.00	3.242.326.00
RIO CAR 1.7 TD	2.655.948.00	4.423.326.00
CLUB CAR 1.7 TD	2.769.624.00	4.556.326.00
VECTRA		
GL 1.7 TD	2.926.889.00	4.740.326.00
GLS 1.7 TD	3.294.410.00	5.170.326.00
TIGRA		
COUPE 1.4 16V	2.062.490.00	3.112.326.00
COUPE 1.6 16V	2.508.042.00	4.043.326.00

Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 50 16, a partir das 20H00 para Alberto Pinto. Outras informações nas horas de expediente para os telef.: 757 05 02; 757 05 83; 757 07 02.

AUTOMÓVEIS VW E AUDI

MODELO	P.BASE	P.V.P.
POLO FOX 1.05	1.389.985.00	1.902.128.00
POLO GL 1.05	1.567.824.00	2.110.199.00
GOLF CL 1.4 2P	1.872.192.00	2.838.983.00
GOLF CLD 1.9 4P	1.920.561.00	4.240.976.00
GOLF GL TDI 1.9 4P	2.596.941.00	5.032.341.00
GOLF GL TDI 1.9+ 4P	2.931.012.00	5.423.204.00
GOLF VAR CL 1.4	2.255.176.00	3.288.705.00
GOLF VAR CLD 1.9	2.203.019.00	4.571.452.00
GOLF VAR GL TD 1.9	2.651.747.00	5.096.464.00
VENTO CL 1.4	2.013.897.00	3.006.409.00
VENTO CLD 1.9	2.108.755.00	4.461.163.00
VENTO GL TD 1.9	2.514.927.00	4.936.384.00
VENTO GL TDI 1.9+	3.000.445.00	5.504.441.00
PASSAT GL TDI 1.9	2.911.347.00	5.400.196.00
PASSAT GL TDI 1.9	3.518.820.00	6.110.039.00
PASSAT VAR CL TDI 1.9	3.164.009.00	5.695.810.00
PASSAT VAR GL TDI 1.9	3.765.286.00	6.399.304.00
AUDI A4 1.9 TDI CONFORT	3.620.581.00	6.230.000.00
AUDI A4 1.9+ TDI	4.056.479.00	6.740.000.00
AUDI A4 1.9+ EC TDI	4.261.648.00	6.980.048.00
AUDI A6 1.9 TDI	4.925.709.00	7.640.000.00

Os Sócios podem ainda dispôr de VW e AUDI com caixa automática nas seguintes versões:

GOLF 1.900 TDI; GOLF VARIANT 1.9 TDI; AUDI A4 TDI e AUDI A6 TDI.

“Deficientes em serviço”

Exmos. Senhores:

Os meus melhores cumprimentos.

Sob o título “Deficientes em Serviço” e, no espaço reservado a “Cartas ao Director”, li, com atenção e interesse, o artigo da autoria do sócio nº 5.660 Fernando Humberto Real Grafia Afonso, publicado no nº 246 do “ELO” de Setembro do ano em curso e que me encorajou a fazer os seguintes comentários que gostaria de ver publicados através do “ELO”, se possível no próximo número.

1- De facto temos tido um mau Estado, através de alguns Governantes hipócritas e cínicos que têm procurado adiar a solução duma causa justa e que engloba todos os deficientes em Serviço Militar, negando-lhes os mesmos direitos e regalias desde há muito usufruídos pelos Deficientes em Campanhã.

2- É que, mais uma vez eu me interrogo: Que diferença há (fisicamente) e esta é que importa, ter-se ficado deficiente duma perna (este é o meu caso), ou cego, ou ainda sem uma perna ou um braço, quer o acidente se tenha verificado, em serviço ou em Campanhã?

3- Então por que motivo há tamanha e escandalosa dis-

criminação relativamente aos Deficientes em Serviço? Porquê, tanta demora e dificuldade em legalizar com Justiça uma situação que nunca devia ter sido criada e que constitui, no meu ponto de vista, uma autentica nódoa e uma vergonha para as Forças Armadas Portuguesas e injustificável num País que se diz democrático?

4- Francamente que estamos em presença duma situação humilhante para os Deficientes em Serviço, que obrigatoriamente serviram as Forças Armadas e que, como eu, nunca receberam um centavo pela incapacidade adquirida ao serviço do Exército, apesar de na última Junta Militar Médica me ter sido atribuída uma incapacidade de 44%!...

5- Efectivamente, trata-se duma situação aberrante e como tal injusta e que só tem contribuído para desunir os sócios e, ao mesmo tempo, criar um desinteresse e desmotivação por parte dos Deficientes em Serviço, uma vez que este continuam (os que ainda estão vivos) a ver passar os anos sem que os seus problemas sejam resolvidos de forma justa.

6- Com efeito, e desta maneira, estamos a fazer o jogo que interessa aos Governantes- fraqueza, cansaço e desilusão, face a todo este estado de coisas, parecendo-me que

não temos tido na Direcção ou Direcções da Associação, gente à altura e principalmente com uma vontade forte de tratar em pé de igualdade com os Governantes na resolução duma vergonhosa situação dos Deficientes em Serviço e que se vem arrastando há tantos anos, sabendo à partida, que a Razão e a Justiça estão do lado destes Deficientes Marginalizados e que os Governantes terão muita dificuldade em dispor duma argumentação válida e séria, de forma a permitir-lhes sustentar este vergonhoso “statu quo”.

7- Por outro lado, penso que teria sido de interesse e um factor importante, que a Associação tivesse já há muito tempo promovido, a nível Nacional, uma concentração em Lisboa, de todos os Deficientes em serviço (podendo dar-se-lhe o aspecto de manifestação ou outro género de Luta), no sentido de chamar a atenção dos responsáveis por todo este afrontoso estado de coisas.

8- Por último, e embora bastante desiludido com tudo e com todos que tem intervido neste processo, estou um pouco esperançado de que os novos dirigentes da Associação com o novo Governo saído das Eleições Legislativas, cujos principais assentam na Justiça e Solidariedade e que tem à sua frente pessoas competentes e abertas ao diálogo, irão finalmente resolver esta injusta e humilhante situação em que foram colocados os Deficientes em Serviço.

Manuel Ferreira Alves

AUTOMÓVEIS RENAULT

Vendas especiais para deficientes • Cores opacas
Em vigor desde 12 Abril de 1995

MODELO -3-PORTAS	P.BASE	P. V. P.
TWINGO	1.209.791.00	1.850.000.00
TWINGO PACK	1.269.620.00	1.920.000.00
CLIO-RL-1.2	1.228.951.00	1.825.000.00
CLIO-BE BOP	1.335.789.00	1.950.000.00
CLIO-RN-1.2	1.434.079.00	2.065.000.00
CLIO LUNA	1.583.652.00	2.240.000.00
CLIO-RT-1.2	1.681.943.00	2.355.000.00
CLIO-RT-1.4	1.785.860.00	2.760.000.00
CLIO-RTI-1.4	1.811.501.00	2.790.000.00

MODELO -5-PORTAS	P.BASE	P. V. P.
CLIO-RL-1.2	1.293.054.00	1.900.000.00
CLIO-BE BOP	1.399.891.00	2.025.000.00
CLIO-RN-1.2	1.498.182.00	2.140.000.00
CLIO-LUNA	1.647.754.00	2.315.000.00
CLIO-RT-1.2	1.746.045.00	2.430.000.00
CLIO-RT-1.4	1.849.963.00	2.835.000.00

RENAULT-19-TRICORPO-4-PORTAS=OU-5-PORTAS-BICORPO

	P.BASE	P. V. P.
R-19-RL-1.2	1.895.166.00	2.610.000.00
R-19-JAZZ-1.2	1.980.636.00	2.710.000.00
R-19-SCALA-1.4	2.135.836.00	3.175.000.00
R-19-RTI-1.4	2.345.238.00	3.420.000.00
R-19-SCALA-1.9 DT	2.249.404.00	4.550.000.00

VIATURAS EQUIPADAS COM CAIXA AUTOMÁTICA

	P.BASE	P. V. P.
CLIO-RT-1.4-3-P.	2.060.561.00	3.081.399.00
CLIO-RT-1.4-5-P.	2.124.664.00	3.156.400.00
R-19 SCALA-1.4	2.321.477.00	3.392.200.00
TWINGO EASY S/EMBRAIAGEM	1.355.090.00	2.020.000.00

RENAULT EXPRESS

EXPRESS COMBI 1.2	1.496.787.00	2.195.000.00
EXPRESS BREAK 1.2	1.834.394.00	2.590.000.00

GRANDES VANTAGENS PARA OS SÓCIOS

RENAULT

Renault Portuguesa, S.A.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES DESCONTOS AOS SÓCIOS

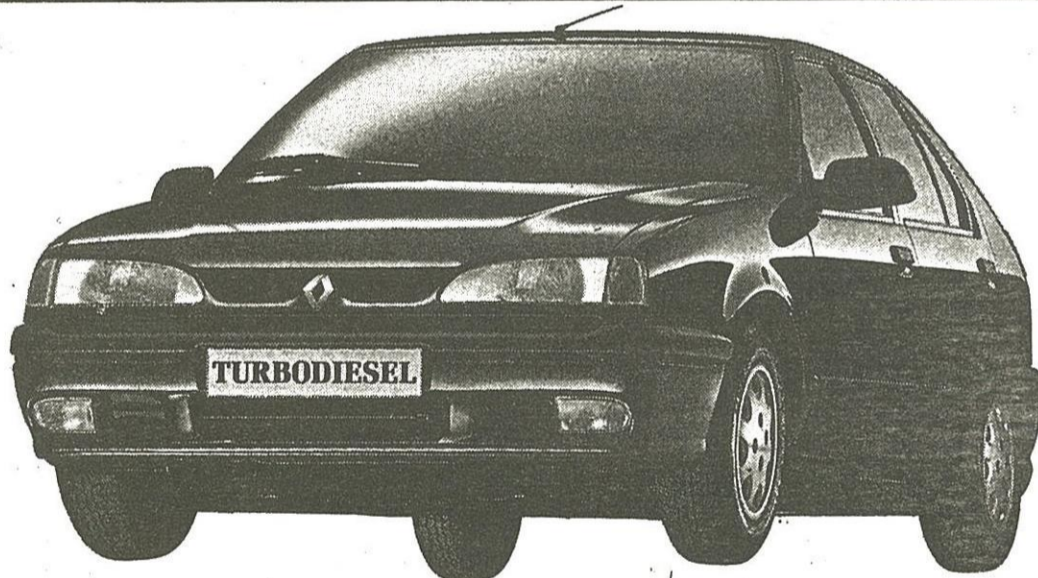
Atendimento aos sócios: na residência, a partir das 19 horas (telef. 421 49 51)
STAND: Telef. 836 14 00
Fax: 836 14 80 — Telemóvel: 0936-62 60 41
Delegado de vendas: Bernardes

uma gama completa
versões a gasolina e a diesel

RENAULT
Ao Ritmo da Vida

SE NÃO LHE PODE RESISTIR

CONVERTA-SE AO NOVO RENAULT 19 TURBO DIESEL



Converta-se à potência, à economia e ao prazer de conduzir um Renault 19 Turbo Diesel.

Converta-se à vantagem de dispôr de um automóvel ao mesmo tempo

económico, dinâmico e confortável.

Converta-se a um excepcional nível de equipamento

que inclui direcção assistida, vidros dianteiros com comando eléctrico, volante regulável em altura, retrovisores com comando e desembaciamento eléctricos e fecho centralizado das portas e da bagageira com comando à distância.

Informe-se hoje mesmo na Renault Chelas e, se não conseguir resistir

ao novo Renault 19 Turbo Diesel,

converta-se...

Renault 19. A irresistível tentação.

Sucursal

RENAULT CHELAS

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11E - 1900 Lisboa
Telf 836 14 00 - Fax 836 14 80



RENAULT

NOVO

ESTILO CONFORTO SEGURANÇA MOTORES PRESTAÇÕES CORES ECOLOGIA

FIAT BRAVA. A SUA ESCOLHA.



1.4 12 U	80 CV
1.6 16 CU	103 CV
1.9 DIESEL	65 CV

SELENIA
MOTOR OIL

Escolher Fiat, hoje, é escolher o resultado de uma paixão pelo automóvel, cada dia mais intensa. Assim nasceu o Fiat Bravo, assim nasceu o Fiat Brava. Dois automóveis diferentes, dois automóveis únicos. Vejamos o Fiat Brava, a inovadora berlina de 5 portas, nascida com um objectivo preciso: dar-lhe o prazer do conforto e do espaço, sem renunciar à performance.

ESTILO. O Fiat Brava é uma opção de carácter. Começando pelo design de linhas suaves, com espaços amplos e harmoniosos, grupos ópticos posteriores tipo "gema". Uma personalidade única em cada pormenor. Três níveis de equipamento (S, EL, ELX).

CONFORTO. Habitabilidade no topo da categoria, comandos ergonómicos, ausência de arestas, banco do condutor com regulação personalizada, três apoios de cabeça posteriores

integrados, auto-rádio integrado no tablier, sistema de climatização com 12 saídas e recirculação com exclusão do ar exterior, manípulo das portas tipo "soft touch". Ampla porta traseira accionável também a partir do interior, para acesso à bagageira onde pode transportar comodamente até 380 dm³ de bagagem.

PERFORMANCE. Duas novas famílias de motores todos multiválvulas, com tuches hidráulicas, caracterizados por uma excelente curva de consumo: dos 80 CV/CEE no 1.4, com 3 válvulas por cilindro (consumo de 5.2 litros aos 100Km, à velocidade de 90 Km/h) aos 103 CV/CEE no 1.6, 16v Torque, dotado de um excepcional valor de binário (14.3 Kgm a 4000 rotações por minuto). Completa a gama o diesel 1.9 de 65 CV/CEE, um motor com fiabilidade comprovada.

SEGURANÇA. Já de acordo com as futuras normas Comunitárias de segurança preventiva, activa e passiva. Barras de reforço lateral, travessa anti-intrusão de bagagens no habitáculo, 3ª luz de stop, sistema anti-incêndio Fiat F.P.S. Em todas as versões, airbag opcional para o condutor (de série na versão 1.6 ELX) e para o passageiro. ABS opcional para todas as versões. De série, chave Fiat Code, o sistema digital anti-furto com bloqueio do motor.

CORES. A escolha faz-se entre 13 novas cores quentes, de forte e agradável impacto, em sintonia com a personalidade do Fiat Brava.

ECOLOGIA. O Fiat Brava é totalmente reciclável, livre de CFC's. Motores de emissão reduzida (norma da CEE, fase II 1997) e extremamente silenciosos (máx. 74 decibéis).

MOVE-NOS A PAIXÃO.

FIAT